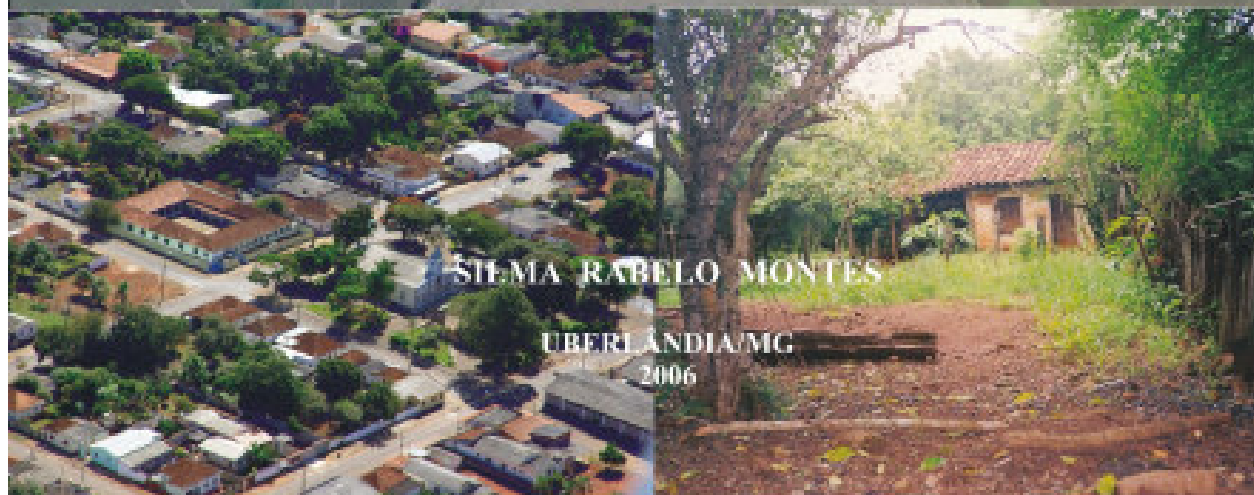




UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO : GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

**ENTRE O CAMPO E A CIDADE**  
As territorialidades do distrito de  
Tapuirama (Uberlândia - MG) - 1975 a 2005



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO  
TERRITÓRIO**

**ENTRE O CAMPO E A CIDADE: as territorialidades do distrito  
de Tapuirama (Uberlândia / MG) – 1975 a 2005**

**SILMA RABELO MONTES**

**Uberlândia / MG  
2006**

**Silma Rabelo Montes**

**ENTRE O CAMPO E A CIDADE: as territorialidades do distrito  
de Tapuirama (Uberlândia / MG) – 1975 a 2005**

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Programa de Pós-Graduação em  
Geografia da Universidade Federal de  
Uberlândia, como requisito parcial à  
obtenção de título de mestre em  
Geografia.

**Área de Concentração: Geografia e  
Gestão do Território.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Beatriz  
Ribeiro Soares.**

Uberlândia / MG  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA

2006

## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de  
Catalogação e Classificação / mg / 06/06

M779e Montes, Silma Rabelo, 1959-  
Entre o campo e a cidade : as territorialidades do distrito de Tapuira (Uberlândia / MG) – 1975-2005 / Silma Rabelo Montes. - Uberlândia, 2006.  
181f. : il.  
Orientador: Beatriz Ribeiro Soares.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.  
Inclui bibliografia.  
1. Geografia urbana - Uberlândia (MG) - Teses. 2. Uberlândia (MG) - Municípios - Teses. I. Soares, Beatriz Ribeiro. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 911.375 (815.1\*UDI)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**Silma Rabelo Montes**

**ENTRE O CAMPO E A CIDADE: as territorialidades do distrito de  
Tapuirama (Uberlândia / MG) - 1975 a 2005**

---

Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares (Orientadora) - UFU

---

Profa. Dra. Amália Inês Geraiges de Lemos – USP

---

Profa. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa - UFU

Data: 03 / 08 / 2006

Resultado: Aprovada

Ao meu pai, pela compreensão,  
paciência, amor e dedicação. Saudade,  
muita saudade.

Aos amigos e familiares, que tanto me  
apoiaram.

## AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial aos meus familiares e amigos que souberam compartilhar comigo os momentos de apreensão, angústia, indecisão, falta de tempo e que também encontraram uma palavra de conforto, de força, de incentivo, que me levou a seguir em frente e concluir esta dissertação.

Ao meu amado filho Geovani, minha irmã Antônia, aos meus sobrinhos e, em especial, ao meu pai Geraldo (que nos deixou no início do ano de 2006) agradeço pela compreensão em relação ao tempo que não pude dedicar-me totalmente a eles.

À amiga Geysa, agradeço a sementinha que plantou, sendo a primeira pessoa a incentivar-me a cursar o mestrado. Ao meu grande amigo Gilberto Dumont, que me socorreu quando precisava de apoio para as questões ligadas à informática, pois eu não entendia muito e, principalmente, por estar comigo no último suspiro de meu pai. Aos meus colegas de trabalho, agradeço o incentivo e o companheirismo.

Aos professores doutores Vera Lúcia Salazar Pessoa, João Cleps Júnior, Júlio César de Lima Ramires, Marlene Teresinha de Muno Colesanti, agradeço os conhecimentos que me transmitiram e as valiosas contribuições.

Agradeço aos amigos que fiz neste curso e que tanto me ajudaram nas dificuldades que encontrei por estar tanto tempo longe da universidade. Especialmente, agradeço à Nágela Aparecida de Melo, dedicada amiga, a qual muito admiro pelo caráter, companheirismo e competência.

Aos funcionários do Instituto de Geografia: Lúcia, Janete, Cinara e aos amigos do PET, Hélio e Flávia meus agradecimentos pela ajuda. Ao professor Jorge Luis, Eleusa, Tatiana e

Wellington do Laboratório de Cartografia e Sensoriamento Remoto agradeço a ajuda em alguns mapas.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Público Municipal e da Prefeitura Municipal de Uberlândia pela paciência com que me atenderam.

Aos meus primos de Tapuírama: Alice, Dete, Joãozinho e Marica e, especialmente, aos moradores que me concederam as entrevistas e aos que tão bem me receberam em suas casas, o meu muito obrigado.

E para finalizar, agradeço a amiga Beatriz Ribeiro Soares que, muito mais que uma orientadora de mestrado, foi uma orientadora de minha vida, incentivando, aconselhando, sempre dando força em todas as situações, nos momentos felizes e também em fases de intensa dificuldade. O seu exemplo foi a minha inspiração. Agradeço os ensinamentos e amizade.

# TAPUIRAMA

Tapuirama !!

Como são encantadoras  
as tuas manhãs radiosas  
quando o sol surge despontando  
seus esplendorosos raios de luz  
no horizonte do teu soberbo  
planalto, onde está plantado  
com singular beleza...

Tapuirama!!

Que doce musicalidade tem o  
gorgeio  
dos teus alegres passarinhos  
que cantam na galhada fartalhante  
dos pambuais verdinhos que  
vicejam  
nos quintalejos das graciosas  
residências da população feliz.

Tapuirama!!

As tuas tardes encantam pela  
beleza incomparável do arrebol  
quando o sol se despede.

Tapuirama!!

Como eu gosto de contemplar  
a pureza do teu céu azulíneo  
numa noite de luar.

Tapuirama!!

Gosto imensamente de ti,  
gosto de ti, porque tu és o  
berço natal de quem eu  
amo loucamente!!!

## RESUMO

Esta pesquisa visa compreender o significado das territorialidades, a partir da relação campo-cidade, e as transformações socioespaciais ocorridas no distrito de Tapuیرama (Uberlândia / MG), nos últimos 30 anos, considerando a modernização agrícola e o crescimento urbano de Uberlândia. Também foi enfocado o poder político, econômico e cultural que a cidade de Uberlândia exerce sobre a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e, principalmente, sobre os distritos de Miraporanga, Martinésia, Cruzeiro dos Peixotos e Tapuیرama. Discutiram-se conceitos de território, territorialidades, município, distrito, relação campo-cidade e fragmentação territorial com o objetivo de entender a realidade local. Analisou-se o processo de formação histórica e organização socioeconômica e territorial do município de Uberlândia, do distrito sede e seus outros quatro distritos. A ênfase foi dada ao distrito de Tapuیرama com um estudo sobre a sua dinâmica socioespacial e as territorialidades urbana e rural. Considerando-se as dimensões do rural e do urbano e a interação campo-cidade foram discutidos vários temas como: as mudanças no uso do solo e nas relações trabalhistas, o modo de vida dos habitantes, as relações que a população local mantém com o distrito sede e, principalmente, as expectativas dos moradores em relação ao futuro do local.

**Palavras – chave:** território – interação campo-cidade – modernização agrícola – município – distrito – Tapuیرama

## ABSTRACT

This research aims understand, the meaning of the territorialities from the relation field-city, and the changes “sociospacials” that took place at Tapuirama district (Uberlândia – MG), in the last thirty years, considering the agricultural modernization and urban growing of the Uberlândia. Also it was focused the political, economic and cultural power the Uberlândia city exerts on Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba region, and, mainly, on Miraporanga, Martinésia, Cruzeiro dos Peixotos and Tapuirama districts. It was discussed territory ideas, territoriality, municipal district, district, relationship between field-city and territorial fragmentation in order to understand the local reality. It was analyzed the historical formation process an the territorial social economic organization of Uberlândia municipal district, and also of the seat district and their others four districts. The emphasis was given to Tapuirama district with a study about its dynamic “sociospacial” and urban rural territorialities. Taking into account the rural an urban dimensions and the interaction of field – city it was discussed a lot of themes as: changes on the use of the soil and on the laborite relations, the way citizens live the relationships local people face the seat district and, mainly, inhabitants expectations related to the local future.

**Key words:** territory – interaction field-city – agricultural modernization – municipal district – district – Tapuirama

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                     |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1 – Distrito de Tapuیرama: localização no município, no Triângulo Mineiro, no estado e no país.....                 | 19 |
| 2 – Brasil: político – 2000 .....                                                                                   | 39 |
| 3 – Minas Gerais: divisão regional em mesorregiões – 1996 .....                                                     | 52 |
| 4 – As “Minas” e os “Gerais” .....                                                                                  | 54 |
| 5 – Minas Gerais: malha municipal – 2000 .....                                                                      | 56 |
| 6 – Município de Uberlândia na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba– 2005 .....                          | 57 |
| 7 – Noroeste paulista e oeste mineiro: intercessão de redes dendríticas – 1840 .....                                | 64 |
| 8 – São Pedro do Uberabinha (Uberlândia) em 1862 .....                                                              | 67 |
| 9 – Distrito de São Pedro e Freguesia de N. S. do Carmo: limites territoriais e organização geográfica – 1852 ..... | 72 |
| 10 – Município de Uberlândia: território – 1888 .....                                                               | 73 |
| 11 – Município de Uberlândia: limites territoriais – 1940 .....                                                     | 73 |
| 12 – Município de Uberlândia: limites territoriais – 1948 a 2005 .....                                              | 74 |
| 13 – Arraiais surgidos no Triângulo Mineiro entre 1820 e 1850 .....                                                 | 81 |
| 14 – Miraporanga: resquícios da Estrada Real .....                                                                  | 82 |
| 15 – Miraporanga: Igreja Nossa Senhora do Rosário .....                                                             | 83 |
| 16 – Distrito de Santa Maria – 1864 .....                                                                           | 83 |
| 17 – Miraporanga: aspecto de ruas e residências .....                                                               | 85 |
| 18 – Distrito de Martinópolis – 1926 .....                                                                          | 88 |
| 19 – Martinésia: casarão antigo .....                                                                               | 90 |
| 20 – Distritos: ligações rodoviárias – 2005 .....                                                                   | 91 |
| 21 – Cruzeiro dos Peixotos: antiga fábrica de tijolos .....                                                         | 93 |
| 22 – Cruzeiro dos Peixotos: população por faixa de idade e situação de domicílio .....                              | 94 |
| 23 – Aldeamentos na Estrada dos Goіases (1748 – 1816) .....                                                         | 95 |
| 24 – Distribuição da população indígena em terras aldeanas do Sertão da Farinha Podre em 1821 .....                 | 96 |
| 25 – Expropriação de terras indígenas no Triângulo Mineiro (1819 – 1821) .....                                      | 98 |

|                                                                                                                 |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 26 – Tapuira: sede da antiga Fazenda da Rocinha .....                                                           | 99  |
| 27 – Tapuira: opinião pública sobre a administração municipal – 2005 .....                                      | 107 |
| 28 – Tapuira: opinião pública sobre a emancipação política – 2005 .....                                         | 108 |
| 29 – Distrito de Tapuira: extensão territorial – 2002 .....                                                     | 110 |
| 30 – Distrito de Tapuira: unidades geomorfológicas – 1997 .....                                                 | 111 |
| 31 – Distrito de Tapuira: uso do solo – 1979 .....                                                              | 114 |
| 32 – Distrito de Tapuira: uso do solo – 1988 .....                                                              | 116 |
| 33 – Distrito de Tapuira: uso do solo – 2004 .....                                                              | 118 |
| 34 – Tapuira: procedência dos moradores (área urbana) – 2005 .....                                              | 122 |
| 35 – Tapuira: praça Said Jorge .....                                                                            | 125 |
| 36 – Tapuira: equipamentos urbanos – 2005 .....                                                                 | 127 |
| 37 – Tapuira: vista parcial .....                                                                               | 128 |
| 38 – Distrito de Tapuira: população total por situação de domicílio – 2000 .....                                | 128 |
| 39 – Tapuira: população urbana por sexo – 2000 .....                                                            | 129 |
| 40 – Distrito de Tapuira: pirâmide etária da população total – 2000 .....                                       | 129 |
| 41 – Tapuira: rendimento mensal familiar – 2005 .....                                                           | 132 |
| 42 – Tapuira: escola municipal .....                                                                            | 134 |
| 43 – Tapuira: creche .....                                                                                      | 134 |
| 44 – Tapuira: escolaridade dos moradores – 2005 .....                                                           | 136 |
| 45 – Tapuira: necessidades mais urgentes – 2005 .....                                                           | 137 |
| 46 – Tapuira: atividades de lazer – 2005 .....                                                                  | 138 |
| 47 – Tapuira: poliesportivo .....                                                                               | 139 |
| 48 – Tapuira: bares .....                                                                                       | 140 |
| 49 – Tapuira: festa de Nossa Senhora da Abadia .....                                                            | 141 |
| 50 – Tapuira: cavallhada .....                                                                                  | 142 |
| 51 – Tapuira: arborização e estrutura física das ruas .....                                                     | 144 |
| 52 – Tapuira: domicílios particulares permanentes por condição de ocupação<br>(percentagem urbana) – 2000 ..... | 146 |
| 53 – Tapuira: tipo de moradia – 2005 .....                                                                      | 146 |
| 54 – Tapuira: número de moradores por domicílio – 2005 .....                                                    | 147 |
| 55 – Tapuira: moradia com mais estrutura física .....                                                           | 148 |
| 56 – Tapuira: “vila dos baianos” 1 .....                                                                        | 148 |
| 57 – Tapuira: “vila dos baianos” 2 .....                                                                        | 148 |

|                                                                          |     |
|--------------------------------------------------------------------------|-----|
| 58 – Tapuیرama: loteamento .....                                         | 149 |
| 59 – Tapuیرama: profissões e fonte de renda – 2005 .....                 | 150 |
| 60 – Tapuیرama: identificação do morador – rural ou urbano? – 2005 ..... | 152 |
| 61 – Tapuیرama: motivos da escolha do distrito para viver – 2005 .....   | 153 |
| 62 – Tapuیرama: qualidades do local – 2005 .....                         | 153 |
| 63 – Tapuیرama: fábrica Resinas Tropicais .....                          | 155 |
| 64 – Tapuیرama: fábrica Resinas Tropicais .....                          | 156 |
| 65 – Tapuیرama: Unimilho .....                                           | 157 |
| 66 – Tapuیرama: Gênese Sementes e Armazéns Gerais Ltda .....             | 157 |
| 67 – Tapuیرama: vista do campo e da vila .....                           | 158 |
| 68 – Tapuیرama: plantação de soja nas imediações da vila .....           | 158 |
| 69 – Tapuیرama: local das principais compras dos moradores – 2005 .....  | 159 |
| 70 – Tapuیرama: posse de imóveis na vila e em outros locais – 2005 ..... | 160 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                         |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1 – Brasil: municípios instalados (1940 – 2005) .....                                                                   | 40  |
| 2 – Brasil: número de municípios instalados por estado (1980 e 2001) .....                                              | 43  |
| 3 – Minas Gerais: número de microrregiões, municípios e vilas por mesorregiões – 2005 .....                             | 53  |
| 4 – Minas Gerais: número de municípios e distritos (1950 – 2005) .....                                                  | 54  |
| 5 – Município de Uberlândia: dados gerais sobre os distritos e município (vilas e espaço rural) .....                   | 76  |
| 6 – Município de Uberlândia: população total e percentagem – 1950 a 2000 .....                                          | 77  |
| 7 – Município de Uberlândia: população total (urbana e rural) residente nos distritos rurais (1991 e 2000) .....        | 79  |
| 8 – Município de Uberlândia: evolução da população total (urbana e rural) – 1970 a 2000) .....                          | 80  |
| 9 – Distrito de Tapuirama: rendimento nominal mensal (urbano e rural) da pessoa responsável pelo domicílio – 2000 ..... | 131 |
| 10 – Distrito de Tapuirama: escolaridade dos moradores – 2000 .....                                                     | 135 |
| 11 – Distrito de Tapuirama: domicílios permanentes urbano e rural (unidades e percentual) – 1991 a 2004 .....           | 145 |

## LISTA DE QUADRO

|                                                                                                                   |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1 – Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: municípios e distritos por microrregião geográfica – 2004 ..... | 58 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

## LISTA DE SIGLAS

|          |                                                    |
|----------|----------------------------------------------------|
| IBGE     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística    |
| OCDE     | Organização de Cooperação e Desenvolvimento        |
| IBAM     | Instituto Brasileiro de Administração Municipal    |
| TSE      | Tribunal Superior Eleitoral                        |
| FPM      | Fundo de Participação Municipal                    |
| ARCOM    | Armazém do Comércio                                |
| IGA      | Instituto de Geografia Aplicada                    |
| SECT- MG | Secretaria de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais |
| JPL      | Jurandir Proença Lopes                             |
| CTBC     | Companhia de Telefones do Brasil Central           |
| DMAE     | Departamento Municipal de Água e Esgoto            |
| EJA      | Educação de Jovens e Adultos                       |
| PSF      | Programa Saúde da Família                          |
| TRE      | Tribunal Regional Eleitoral                        |

# SUMÁRIO

|                                                                                                |        |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| INTRODUÇÃO .....                                                                               | 17     |
| <br>1 – A INTERAÇÃO CAMPO-CIDADE E OS TERRITÓRIOS NO TRIÂNGULO<br>MINEIRO/ALTO PARANAÍBA ..... | <br>23 |
| 1.1 – Território e Territorialidades: algumas considerações .....                              | 23     |
| 1.2 – Município, Cidade, Distrito e a Interação Campo-Cidade .....                             | 28     |
| 1.3 – A Fragmentação Territorial e a Atual Divisão Político-Territorial Brasileira .....       | 35     |
| 1.3.1 – Os municípios no Brasil após a Constituição de 1988 e o poder local .....              | 44     |
| 1.4 – Minas Gerais e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: estruturação político-territorial ..... | 48     |
| 1.4.1 – Legislação mineira para criação de municípios e distritos .....                        | 48     |
| 1.4.2 – Municípios e distritos em Minas Gerais e no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. ....     | 52     |
| <br>2 – OS TERRITÓRIOS DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA .....                                        | <br>61 |
| 2.1 – O Município de Uberlândia no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba .....                      | 61     |
| 2.1.1 – Uberaba: município que deu origem a Uberlândia .....                                   | 63     |
| 2.1.2 – Do arraial de São Pedro do Uberabinha a Uberlândia: a ascensão de uma cidade .....     | 66     |
| 2.2 – Município de Uberlândia: limites territoriais (passado e presente) .....                 | 71     |
| 2.3 – Distritos do Município de Uberlândia: transformações territoriais .....                  | 75     |
| 2.3.1 – Formação política dos distritos .....                                                  | 75     |
| 2.3.2 – A população dos quatro distritos – 1950 a 2000 .....                                   | 76     |
| 2.3.3 – Um olhar sobre os distritos .....                                                      | 80     |
| 2.3.3.1 – Miraporanga .....                                                                    | 80     |
| 2.3.3.2 – Martinésia .....                                                                     | 88     |
| 2.3.3.3 – Cruzeiro dos Peixotos .....                                                          | 92     |
| 2.3.3.4 – Tapuirama .....                                                                      | 95     |

|                                                                                                                            |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3 – O DISTRITO DE TAPUIRAMA E AS TERRITORIALIDADES URBANA E RURAL – 1975 A 2005 .....                                      | 103 |
| 3.1 – Relações Políticas e Econômicas do Distrito com o Distrito Sede .....                                                | 103 |
| 3.2 – A Dimensão do Rural .....                                                                                            | 109 |
| 3.3 – A Dimensão do Urbano .....                                                                                           | 125 |
| 3.3.1 – A qualidade de vida urbana: o acesso à educação, saúde, lazer, tradições religiosas, meio ambiente e moradia ..... | 132 |
| 3.4 – Interação Campo-Cidade no Distrito .....                                                                             | 151 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                                                                                 | 165 |
| REFERÊNCIAS .....                                                                                                          | 170 |
| ANEXOS .....                                                                                                               | 180 |
| ANEXO A - Entrevista realizada com moradores da vila do distrito .....                                                     | 180 |
| ANEXO B - Entrevista realizada com moradores antigos da vila do distrito .....                                             | 182 |
| ANEXO C - Entrevista realizada com pessoas ligadas à vida econômica, social e política do distrito .....                   | 183 |

## INTRODUÇÃO

Estudar o distrito de Tapuیرama é uma idéia que já desenvolvíamos desde a época da graduação, quando o Instituto de Geografia nem havia implantado o curso de bacharelado. Por ocasião de nossa graduação, na década de 1980, chegamos a coletar alguns dados e, junto com nossa atual orientadora, fizemos visitas ao local mas, por questões pessoais, tivemos que adiar o sonho por vários anos.

Como nasci próximo ao distrito, vivi parte de minha infância no local e, sempre, retornando à vila, estive observando a realidade local, as mudanças que ocorriam, as pessoas que iam embora para a cidade, as pessoas que chegavam para morar no local, os parentes que vendiam suas propriedades no campo e passavam a morar na vila e continuavam trabalhando no campo. Observava também as mudanças do entorno rural devido à prática da pecuária e, posteriormente, ao cultivo do milho e da soja. Enfim, a utilização do solo sempre visando à obtenção de lucro, por parte dos fazendeiros e empresários rurais.

Além disso, trabalhando em escolas municipais tive contato com professores que desenvolviam o conteúdo sobre o município de Uberlândia e seus distritos, nas séries iniciais do ensino fundamental e percebemos a carência de dados para serem trabalhados com os alunos.

Assim, resolvi fazer esta dissertação intitulada “Entre o campo e a cidade: as territorialidades do distrito de Tapuیرama (Uberlândia / MG) – 1975 a 2005”, para compreender o significado das territorialidades, a partir da relação campo-cidade, e as transformações socioespaciais ocorridas no distrito de Tapuیرama, nos últimos 30 anos, considerando a modernização agrícola e o crescimento urbano de Uberlândia.

Quando iniciamos a nossa pesquisa levantamos alguns problemas ou indagações que procuramos dissertar ao longo deste trabalho. Esses problemas são: a) a modernização

agrícola do município de Uberlândia e o crescimento da cidade de Uberlândia provocaram mudanças circunstanciais no modo de vida dos moradores do distrito de Tapuirama? b) como se realiza a interação campo-cidade para os moradores do distrito de Tapuirama? c) existe uma forte relação de poder político-econômico do município de Uberlândia frente aos seus distritos, especialmente, sobre o distrito de Tapuirama? d) quais são as expectativas dos moradores do distrito de Tapuirama em relação ao futuro do local?

O município de Uberlândia possui o distrito sede e mais quatro distritos: Miraporanga, Martinésia, Cruzeiro dos Peixotos e Tapuirama.

Tapuirama localiza-se a sudeste da cidade de Uberlândia. (Figura 1). É constituído por uma vila onde vivem 1.596 habitantes e um entorno rural, com 530 habitantes, conforme dados do Censo 2000.



**Figura 1** – Distrito de Tapuirama: localização no município, no Triângulo Mineiro, no estado e no país. Fonte: Geominas Elaborado por: DUARTE, Wellington O. Lacar /IG/UFU/ 2006.

A vila do distrito apresenta quase todos os equipamentos urbanos presentes em uma cidade como: rede de água e esgoto, redes de energia elétrica e telefonia, ruas asfaltadas e muitos estabelecimentos comerciais, residenciais e até um industrial. Apesar de serem considerados estatisticamente como urbanos, os habitantes do local sentem-se muito mais rurais do que urbanos, pois suas relações de trabalho estão muito mais voltadas para o campo do que para a cidade.

Diante deste contexto, optamos por um estudo sobre a interação campo-cidade e sobre as mudanças no território e a formação de novas territorialidades no local, no período de 1975 a 2005.

No desenvolvimento de nossa pesquisa procuramos equilibrar o referencial teórico e o empírico. Segundo Beaud (1997, p. 12),

não há pesquisa sem questionamentos. Não há questionamentos rigorosos sem aparelho conceitual, sem “instrumentos ideais”, sem reflexão teórica e, portanto, sem um bom conhecimento das diferentes abordagens, das diferentes interpretações já produzidas, e reflexão sobre elas.

Usamos como técnica de pesquisa a documentação indireta, ou seja, a pesquisa em fontes primárias: Arquivo Público Municipal, onde fizemos um levantamento histórico dos distritos por meio de jornais antigos e em outros documentos; fontes estatísticas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e em algumas Secretarias da Prefeitura Municipal de Uberlândia (Educação, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Habitação e dos Distritos), obtivemos dados e fotografias, inclusive aéreas. Ainda, como documentação indireta, foram usadas principalmente, as fontes secundárias, com pesquisas bibliográficas e Internet.

Como documentação direta usamos a pesquisa de campo, com realização de entrevistas. Utilizamos dois tipos de entrevistas. Uma forma de entrevista aplicada foi realizada de casa em casa. Os entrevistados responderam um roteiro pré-elaborado. Essa entrevista foi feita em

178 domicílios da vila do distrito de Tapuیرama. A escolha das residências visitadas foi aleatória. Foram entrevistadas 178 pessoas, o que representa mais de 10% dos habitantes do local. O roteiro da entrevista continha perguntas fechadas relacionadas a trabalho, saúde, educação, moradia, renda familiar, procedência dos moradores, entre outras questões. (Anexo A). Todos os dados coletados nestas entrevistas foram analisados e transformados em tabelas e gráficos que serviram para comprovar a realidade e levantar questões a respeito da vida dos moradores do distrito.

A segunda forma de entrevista continha perguntas abertas, que davam oportunidade para os entrevistados discorrerem sobre o assunto. Foram elaborados dois modelos de roteiro. O primeiro roteiro foi aplicado a cinco moradores antigos do distrito. (Anexo B). Para responder o segundo roteiro, foram escolhidas pessoas ligadas à vida econômica, social e política do distrito: um vereador, o presidente da Associação de Moradores, o vice-presidente do Conselho Comunitário, a diretora da escola municipal, a coordenadora da creche, a responsável pelo posto de saúde, os gerentes da indústria, da JPL Resinas e de um dos silos de armazenagem de grãos e um produtor rural. (Anexo C). Nesta segunda forma de entrevista as respostas foram gravadas e, posteriormente, transcritas.

Não podemos nos esquecer do registro de informações em mapas, gráficos, fotos e desenhos que foram fundamentais para a análise da realidade retratada. Alguns mapas foram confeccionados, manualmente, pois a base da qual foram retirados são mapas antigos, de 1938 e das décadas de 1970 e 1980 e não foi possível digitalizá-los.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, que intitulamos de “A interação campo-cidade e os territórios do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba” fazemos algumas considerações sobre território e territorialidades, mostrando o território numa visão integradora, enfocando-o como o espaço apropriado, socializado, carregado de poder, não apenas o poder político, mas, também, o poder econômico e simbólico-cultural.

Desenvolvemos, neste capítulo, considerações sobre os dois eixos norteadores de nossa pesquisa: a interação campo-cidade e o processo de estruturação político-territorial de municípios no Brasil, em Minas Gerais, no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e conseqüentemente, no município de Uberlândia.

O segundo capítulo “Os territórios do município de Uberlândia” tem como objetivo mostrar o processo de formação histórica, socioeconômica e territorial do município de Uberlândia e de cada um dos seus distritos e as suas interações com o distrito sede. Neste capítulo, introduzimos algumas informações principalmente, históricas sobre o distrito de Tapuirama.

O terceiro capítulo, que denominamos de “O distrito de Tapuirama: as territorialidades urbana e rural – 1975 a 2005” teve dois objetivos. O primeiro foi entender a dimensão do rural e do urbano no distrito, baseada nas mudanças ocorridas no modo de vida dos moradores, a partir da inserção do distrito no processo de modernização agrícola do município de Uberlândia e da consolidação da cidade de Uberlândia como centro urbano de importância regional. O segundo objetivo foi analisar a ação do governo municipal sobre o distrito, avaliando as expectativas de seus habitantes, detectando suas perspectivas para o futuro no que diz respeito principalmente, à qualidade de vida da população.

Como a proposta deste trabalho era fazer um levantamento de informações mais profundas apenas do distrito de Tapuirama, trabalhamos menos detalhadamente os demais distritos do município. Esperamos que possam surgir novos estudos sobre os demais distritos, pois consideramos que todos têm a sua importância, não somente para o município de Uberlândia mas, principalmente, para os habitantes destas localidades que possuem um modo de viver, uma cultura e uma história de vida que devem ser repassados a gerações futuras por meio de registros; a forma escrita é, para nós, a ideal, pois assim, abre-se campo para novas pesquisas.

# **1 – A INTERAÇÃO CAMPO-CIDADE E OS TERRITÓRIOS DO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA**

O território é definido como um espaço apropriado, socializado e carregado de poder político, econômico e cultural, uma vez que é enfocado numa visão integradora por meio de um processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural). O território, organizado a partir de uma fragmentação, origina estados, municípios, distritos e cidades que, interagindo entre si, unem campo e cidade e formam novas territorialidades.

## **1.1– Território e Territorialidades: algumas considerações**

Santos (1996, p. 16) considera que “o território são formas, mas o território usado são objetos, ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Esta visão de território é compartilhada por Costa (1997, p. 18) quando afirma que “toda sociedade que delimita um espaço de vivência e produção e se organiza para dominá-lo, transforma-o em seu território. Ao demarcá-lo, ela produz uma projeção territorializada de suas próprias relações de poder”.

Sabemos que existem outras acepções ou sentidos para o termo território. Mas este enfoque mostrado anteriormente é o mais utilizado por geógrafos. Nessa percepção, território designa um espaço apropriado, socializado. Na visão de Baud, Bourgeat e Brás (1999, p. 108)

chama-se território a todo o espaço socializado, apropriado para os seus habitantes, qualquer que seja o seu tamanho. Estes têm, de facto, uma memória mas também uma vivência e uma representação deste espaço. Um território é obra dos homens e poder-se-á chamar território a espaços que não tenham forçosamente unidade natural ou história e que não estejam polarizados por uma cidade ou organizados por um Estado.

De acordo com Pinto (2003, p. 15) “há uma relação entre o território, enquanto espaço físico, e o poder, enquanto força administrativa exercida nesse espaço”. Também para Raffestin território “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Na visão de Pinto (2003) percebe-se uma estreita ligação entre território e poder e também entre território, produção e experiência e “[...] todos fundamentam-se em relações existentes entre os homens e, entre esses e o meio, que, por sua vez, têm como base o território”. (PINTO, 2003, p. 21).

Haesbaert (2005) analisa o sentido etimológico de território através de uma dupla conotação: material e simbólica. Portanto, o termo território,

[...] aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-terror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação.” (HAESBAERT, 2005, p. 6774).

Para esse mesmo autor, o território “em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico de apropriação”. Entende-se como sentido concreto, a ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos; e como sentido simbólico, a identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem, sendo portanto, “carregado das marcas do ‘vivido’, do valor de uso”. (HAESBAERT, 2005, p. 6775).

Citando Lefévre, Haesbaert (2005, p. 6775) considera que

dominação e apropriação deveriam caminhar juntas, ou melhor, esta última deveria prevalecer sobre a primeira, mas a dinâmica de acumulação capitalista fez com que a primeira subrepujasse quase completamente a segunda, sufocando as possibilidades de uma efetiva “reapropriação” dos espaços, dominados pelo aparato estatal – empresarial e/ ou completamente transformados em mercadoria.

Haesbaert (2004, p. 17) vê o território numa perspectiva geográfica e “intrinsecamente integradora”, ou seja, a territorialização é definida “como um processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos”.

Portanto, o poder não se manifesta apenas no plano político mas também no econômico e no cultural. Haesbaert (2004, p. 40) sintetiza várias noções de território, agrupando-as em quatro vertentes, a saber:

- política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
- cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporação do embate entre as classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.
- natural (ista), mais antiga e pouco veiculada hoje nas Ciências Sociais, que se utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico.

Assim, compartilhamos com a idéia de Haesbaert (2004, p. 93) quando afirma que

o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política.

Perceberemos ao longo deste trabalho que, para a nossa área de estudo, intercalam-se principalmente, à noção território, a vertente política, uma vez que se manifestam as relações de poder relacionadas à ação política do Estado e também ao poder local, e as vertentes cultural e econômica. A vertente cultural foi verificada porque os grupos sociais que estudamos valorizam simbolicamente, o seu espaço vivido e a vertente econômica porque as

relações econômicas estabelecidas na área de estudo manifestam-se nas formas de ocupação e nas relações de trabalho estabelecidas no espaço em questão.

Também Naves (1996, p. 272) considera que “o exercício do poder se faz sobre o conteúdo do espaço, transformado em territórios, não só pelas forças econômicas mas também pelas raízes culturais, onde as imagens e os mitos não podem ser negligenciados”.

Quando a população que habita um determinado território se conscientiza de sua participação neste território, forma-se o sentimento da territorialidade. Andrade (1996, p. 214) considera que “a expressão territorialidade pode ser encarada tanto como o que se encontra no território e está sujeita à gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar ao território”.

Raffestin (1993, p. 160) define territorialidade como “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”. Ainda para esse autor a

territorialidade resume, de um algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação. (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Mesquita (1995, p. 83) consegue resumir, de forma bem clara, a relação entre território e territorialidade,

o território é o que é próximo; é o mais próximo de nós. É o que nos liga ao mundo. Tem a ver com a proximidade tal como existe no espaço concreto, mas não se fixa a ordens de grandeza para estabelecer a sua dimensão ou o seu perímetro. É o espaço que tem significação individual e social. Por isso, ele se estende até onde vai a territorialidade. Esta é aqui entendida como a projeção de nossa identidade sobre o território. Assim me sinto diante do território.

Santos (1996) fala em “transnacionalização do território”. Assim, antes de enfocarmos o território em níveis nacional e local é necessário considerar o processo de mundialização desse território. Santos (1996, p. 17) considera que esse território possui uma dialética,

[...] essa dialética se afirma mediante um controle “local” da parcela “técnica” da produção e um controle remoto da parcela política da produção. A parcela técnica da produção permite que as cidades locais ou regionais tenham um certo controle sobre a porção de território que as rodeia. Este comando se baseia na configuração técnica do território, em sua densidade técnica e, também, de alguma forma, na sua densidade funcional a que podemos igualmente chamar densidade informacional. Já o controle distante, localmente realizado sobre a parcela política da produção é feito por cidades mundiais e os seus “relais” nos territórios diversos. O resultado é a aceleração do processo de alienação dos espaços dos homens [...].

Temos, portanto, que avaliar, neste contexto, a importância da divisão territorial do trabalho e do desenvolvimento de um conjunto de técnicas que constituem a base material da vida em sociedade. “É a ciência que, dominada por uma técnica marcadamente informacional, aparece como um complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual. O meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica da globalização”. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 21).

Santos (2005, p. 38) assim explica o meio técnico-científico-informacional

esse meio técnico-científico (melhor será chamá-lo de meio técnico-científico-informacional) é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais à produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização. A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação.

No Brasil – apesar da concretização do meio técnico-científico-informacional, nos últimos anos, atingir tanto a cidade como o campo – ocorreu uma maior valorização das cidades (e do urbano) em decorrência da acumulação capitalista.

As relações de poder e o exercício da hegemonia têm se manifestado, em seus aspectos econômicos, políticos, culturais e simbólicos. Cidade e campo, urbano e rural, vêm constituindo polaridades, nas quais a assimetria de poder, e as representações daí resultantes, nos últimos séculos na Europa, e, no Brasil, principalmente, depois da Revolução de 1930 (e a legislação daí resultante), têm mantido a cidade (e o urbano) como dominante na polarização que exerce, acentuando uma dicotomia que só, nas últimas décadas, vem sendo alterada pelas novas lógicas da acumulação capitalista. (RUA, 2005, p.2).

Ainda de acordo com Santos; Silveira (2001, p. 21) é a implantação de infra-estrutura, o dinamismo da economia e da sociedade que definem o uso do território. Para eles

são os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico.

É com essa dinâmica territorial que os municípios se fortalecem. Para Neves (2000, p. 11) “quanto mais o mundo se globaliza, mais aumenta a importância das unidades menores (empresas, famílias, comunidades, grupos sociais, indivíduos)”.

Se vivemos uma época de globalização, vivemos, também, uma época de revigoramento do local, pois o mercado global precisa do lugar para se concretizar, tanto no que promove (conduz) como no que busca no próprio lugar, além de ser no lugar que se pode perceber o ponto de partida para uma outra economia reocupando espaços muitas vezes esquecidos pelo grande capital e para uma procura de modelos de desenvolvimento menos desiguais e excludentes. O global e o local não devem ser entendidos como polaridades opostas, mas como par dialético e complementaridades. (RUA, 2001b, p. 46).

Faz-se necessário entender a importância do poder local no Brasil e conseqüentemente, dos municípios, que representam esse poder local, bem como a estruturação de distritos que se encontram subordinados aos municípios. Neste trabalho, levamos em consideração uma visão político-administrativa, ao discutirmos o processo de fragmentação territorial e de formação de novos municípios em nosso país, no Estado de Minas Gerais e no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, e também reforçarmos a importância da interação campo-cidade e suas várias implicações.

## **1.2– Município, Cidade, Distrito e a Interação Campo-Cidade**

A partir de uma análise histórica sobre o município no mundo e no Brasil, Pinto (2003, p. 29) concluiu que,

município é a menor unidade territorial brasileira com governo próprio, é formado pelo distrito-sede, onde acha-se localizada a cidade, que é a sede municipal e que leva o nome do município e, que corresponde à zona urbana municipal e; também, pelo território ao seu entorno, a zona rural municipal, que pode ser dividida em distritos, cuja maior povoação recebe, geralmente, o nome de vila.

De forma bem sistematizada, no Brasil, considera-se como município, o conjunto formado pela zona rural e a pela zona urbana. O IBGE considera como rural “a população e os domicílios recenseados em toda a área fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos” e como urbano “as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas”. (WANDERLEY, 2001, p. 4).

Percebe-se que, no Brasil, cidade designa sede municipal, independente do número de habitantes que tenha. “Aqui, tudo é cidade; inclusive a sede do município de União da Serra, que tem 18 habitantes, é oficialmente uma cidade e essa população é contada como urbana”, afirma José Eli da Veiga.<sup>1</sup>

Para Veiga (2002), a origem para esta definição de cidade está num decreto-lei criado por Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Esse decreto é seguido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística),<sup>2</sup> que em 2000 considerou o Brasil 81,2% urbanizado e estima que em 2010, a taxa de urbanização no Brasil será de 90% e que em 2030, a população rural brasileira estaria extinta, com 100% de urbanização.

Veiga (2002) questiona esses dados estatísticos sobre as taxas anuais de crescimento da população urbana do país. Ele considera que o Brasil é menos urbano do que se calcula. A partir de sua análise, que toma como base a densidade demográfica e se apóia no modelo da OCDE,<sup>3</sup> 57% da população brasileira faria parte da rede urbana (o que equivale a 455 dos

---

<sup>1</sup> Comentário retirado do texto: o subestimado Brasil rural, que faz observações sobre o livro Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula (José Eli da Veiga). Disponível em: <[http://www.deser.org.br/noticia\\_read.asp?id=623](http://www.deser.org.br/noticia_read.asp?id=623)> Acesso em: 06 jun. 2004.

<sup>2</sup> Segundo Rua (2005, p. 21) “ao IBGE cabe acatar tais definições, mesmo que, de há muito, tente formular outras demarcações. Muitas vezes ao enfatizar-se as definições estatísticas corre-se o perigo de obscurecer o movimento contraditório que marca as interações espaciais na atual fase de unificação diferenciadora do espaço do capital”.

<sup>3</sup> OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento). Neste modelo, para operacionalizar a abordagem territorial são utilizados como parâmetros indicadores demográficos e enfatizado a dimensão político-administrativa em detrimento das dimensões simbólica, cultural e natural.

5.507 municípios existentes em 2000), 30% da população seria rural e os restantes 13% não seriam nem urbanos e nem rurais, seriam municípios que estariam no meio do caminho.

Essa visão é muito questionada por autores como Carlos (2005), pois o cálculo do número de cidades no Brasil, a partir de uma definição político-administrativa, segundo a qual cidade, no Brasil, é definida como sede municipal, já foi descartada há décadas pela Geografia Urbana. Ainda para essa autora, rural e urbano não são meras palavras, “são conceitos que reproduzem uma realidade social concreta”. (CARLOS, 2005, p.2).

A simples delimitação espacial do que se acredita ser urbano ou rural nos diz muito pouco sobre os conteúdos do processo de urbanização brasileira, no momento atual. Em primeiro lugar porque não se confunde processo de urbanização com densidade demográfica. Nem tão pouco, cidade, com sede de município. (CARLOS, 2005, p.2).

Carlos (2005, p. 1) ainda considera que Veiga (2002) ignora que a cidade e o campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidas. Para ela, no Brasil “a constituição da sociedade urbana caminha de forma inexorável, não transformando o campo em cidade, mas articulando-o ao urbano de um “outro modo”, redefinindo a antiga contradição cidade/campo”. Nessa visão, Carlos (2005, p.2) considera que o processo atual de urbanização no país não deve ser medido “por indicadores referentes ou derivados do aumento da taxa de crescimento da população urbana, e muito menos pela estrita delimitação do que seria “urbano ou rural”, como faz o Autor”, referindo-se a Veiga (2002).

A nossa época se caracteriza pela constituição da sociedade urbana realizando-se num espaço mundial, articulado, mas profundamente hierarquizado, que não quer dizer que o campo deixe de existir, mas que ele articula agora num outro plano ao conjunto do território, com outras particularidades. (CARLOS, 2005, p.4).

Ainda sobre o conceito de cidade, alguns autores<sup>4</sup> também consideram a cidade como centro urbano. Nesse contexto, no Brasil existiria muito mais cidades que as que existem, já que muitos núcleos urbanos se desenvolveram e superaram a própria sede do município mas,

---

<sup>4</sup> Ver mais sobre esse assunto em Pinto (2003, p. 29).

por não conseguirem sua emancipação política, continuam sendo apenas distrito de algum município.

O distrito é, portanto, uma subdivisão do município, que tem como sede, a vila. Ele não tem autonomia administrativa e só pode ser criado por meio de lei municipal, porém, obedecendo os requisitos exigidos por lei estadual. Pinto (2003) denomina o distrito como “embrião do Município” pois é o distrito que dá origem ao município através da emancipação político-administrativa, ou seja, o ato pelo qual o distrito deixa de estar subordinado ao município de origem e passa a constituir um novo município. “Embora esteja localizado na zona rural do município, a sede distrital é considerada parte integrante da zona urbana e sua população é contada, em censos e dados populacionais oficiais, como sendo população urbana”. (PINTO, 2003, p.59). Abramovay (2003, p. 22) critica o fato de que, por seguir um critério de delimitação administrativa, a localidade, no Brasil, onde existe extensão de serviços públicos ser considerada como urbana. Este é o caso de várias sedes de distritos que possuem algumas centenas ou dezenas de casas e são definidas como urbanas. Mas concordamos com Abramovay (2003, p. 51) quando afirma que “o importante não é apenas saber se um distrito censitário é rural ou urbano, mas qual é a dinâmica de uma certa região, sem que sua aglomeração urbana seja isolada de seu entorno”.

Município, cidade, distrito requerem conceitos mais amplos, que os aqui discutidos, mas para nossa pesquisa, torna-se relevante uma análise mais profunda sobre a relação campo-cidade já que concordamos com Rua (2005, p.9) quando afirma que “rural e urbano fundem-se mas, sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades”.

Estudar a relação campo-cidade é algo muito complexo já que os autores divergem dentre as várias interpretações que fazem entre o que é rural e o que é urbano. Rua (2005) consegue agrupar em duas vertentes analíticas, alguns dos vários autores que estudam esse assunto.

A primeira vertente, que Rua (2005) denomina de “abordagem clássica”, agrupa autores como Henri Lefévre, Milton Santos, Otávio Ianni e José Graziano da Silva. Esses autores trabalham a idéia de “urbanização do rural”, segundo a qual, o rural tenderia a desaparecer, tornando-se urbano.

Numa segunda vertente analítica, Rua (2005, p. 18) defende uma abordagem que incorpora território e escala, caracterizada como “urbanização no rural”, “que pleiteia a manutenção de especificidades no espaço rural, mesmo quando impactado pela força do urbano”. Nesta segunda vertente, agrupam-se autores como Maria José Carneiro, Roberto José Moreira, José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay e Sérgio Schneider, que embora com enorme diversidade, defendem uma necessária ênfase no rural, concentrando-se na idéia de “novas ruralidades”. (RUA, 2005, p.18).

Concordamos com Rua (2005) quanto a essa segunda vertente analítica, pois consideramos que não é mais possível estudar o rural separado do urbano. Sabemos que o modo de vida das cidades modificam valores, atitudes e padrões de comportamento em áreas rurais, promovendo transformações neste espaço, mas para isto não é necessário promover uma destruição deste rural. Há, no momento, uma difusão de “urbanidades” no campo e “novas ruralidades”<sup>5</sup> na cidade, promovendo a gestação de novas relações que podem estar presentes também nos distritos e de acordo com Rua (2001a, p.39) “não podem ser explicadas apenas pelas concepções tradicionais de urbano e rural”.

Desta forma, os estudos da relação campo-cidade passam a ser essencial para o entendimento da organização de determinado espaço, pois tanto o rural quanto o urbano não podem ser entendidos separadamente, pautados na velha dicotomia que o urbano é significado de moderno e o rural significado de arcaico. (ARAÚJO et al, 2005, p. 1).

Na concepção de Carneiro (2001), ocorre uma revitalização do mundo rural. Para a autora,

---

<sup>5</sup> Ver mais sobre esse assunto em Rua (2001a, 2001b, 2005, 2006).

mesmo permanecendo na posição de subordinação e de complementaridade ao urbano [...], o mundo rural não representaria mais uma ruptura com o urbano e as transformações que lhes são atribuídas na atualidade não resultariam na sua necessária descaracterização mas em uma possível reemergência de sociabilidade e de identidades tidas como rurais. (CARNEIRO, 2001, p. 4).

Alentejano (2003, p. 31) considera “fundamental demonstrar que, apesar das inegáveis transformações sociais, econômicas, culturais e espaciais resultantes do desenvolvimento do fenômeno urbano, o rural não deixou nem deixará de existir, apenas teve e está tendo o seu significado alterado”. Ainda para esse autor, são as dimensões econômica, social e espacial em relação ao uso da terra que definem a natureza do rural e do urbano. “Enquanto a dinâmica urbana pouco depende de relações com a terra, tanto do ponto de vista econômico, como social ou espacial, o rural está diretamente associado à terra, embora as formas como estas relações se dão sejam diversas e complexas”. (ALENTEJANO, 2003, p. 32).

As relações econômicas passam pela importância maior ou menor que a terra tem como elemento de produção, reprodução ou valorização. As relações sociais incluem as dimensões simbólica, afetiva, cultural, bem como os processos de herança e sucessão. As relações espaciais estão vinculadas aos arranjos espaciais de ocupação da terra, distribuição da infra-estrutura e das moradias.

Assim, independente das atividades desenvolvidas, sejam elas industriais, agrícolas, artesanais ou de serviços, das relações de trabalho existentes, sejam, assalariadas, pré-capitalistas ou familiares e do maior ou menor desenvolvimento tecnológico, temos a terra como elemento que perpassa e dá unidade a todas essas relações, muito diferente do que acontece nas cidades, onde a importância econômica, social e espacial da terra é muito reduzida. (ALENTEJANO, 2003, p. 32).

Veiga (2002) procura defender a viabilidade econômica do espaço rural. Para ele, o principal trunfo econômico destes espaços estaria no seu patrimônio cultural e natural. O patrimônio natural corresponde às amenidades rurais (ar puro, belas paisagens, contato com animais, etc.) que valorizado poderia atrair investimentos da indústria de lazer e, em consequência disso, oferecer serviços, atrair pessoas e dinheiro, ou seja, renda de origem urbana.

Como mostra Rua (2005), o mesmo modo de produção capitalista criou duas realidades para o campo no Brasil. Na primeira visão o campo (e o rural) é visto como mercadoria, ou

seja, a terra torna-se mercadoria, pois graças ao trabalho do homem a terra pode gerar outras mercadorias, sem falar da especulação, que incorpora renda à terra. Na outra, o autor ressalta a importância da natureza e do que ele chama de “atratividades” do campo, gerando um movimento denominado “ressignificação do rural”. Não se trata apenas da terra, ou do trabalho a ela incorporado, e sim de novos atributos, muitas vezes imateriais, em que valores ligados à natureza, à paisagem, à exploração do trabalho em áreas rurais, obrigam-nos a repensar a própria teoria da renda da terra.

Sabemos que existem especificidades para cada área ou região. Resta-nos analisar de que forma ocorre a interação campo-cidade no município de Uberlândia (MG), nossa área de pesquisa e mais especificamente, no distrito de Tapuirama. A modernização agrícola ocorrida no município, a partir da década de 1970, e a conseqüente refuncionalização da rede urbana do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a partir do fortalecimento da cidade de Uberlândia permitiu esse movimento de “ressignificação do rural”? O município de Uberlândia por meio de seu poder local, reforçado pelas mudanças, principalmente, econômicas ocorridas no campo e na cidade, reforçou ou diminuiu a interação dos distritos com a cidade de Uberlândia e com seu entorno rural?

Antes, porém, de uma análise sobre a realidade local, ou seja, do município de Uberlândia, pretendemos mostrar a fragmentação territorial do país, principalmente, após a promulgação da Constituição de 1988, para que se entenda a importância do município no Brasil, em Minas Gerais e no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e se perceba como é difícil para um distrito emancipar-se e tornar-se um município, principalmente na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, pois o processo envolve questões históricas, políticas, econômicas e culturais.

### 1.3 – A Fragmentação Territorial e a Atual Divisão Político-Territorial Brasileira

O Brasil é um país de grande extensão territorial e um dos mais populosos do mundo. A configuração atual do território brasileiro é reflexo de muitos processos de fragmentação territorial, “o território de um país, de um estado ou, até mesmo, de um município, reorganiza-se, divide-se, fragmenta-se, funde-se”. (PINTO, 2003, p. 23). Reichenheim; Castro (2002, p. 1) reforçam que as grandes transformações no mapa político brasileiro são de ordem político-territorial e “refletiram ou refletem a organização da sociedade no território brasileiro, em determinados contextos históricos”.

Não existem, pelo menos explicitamente, na atualidade, projetos de expansões territoriais externas do Estado brasileiro, mas podemos mencionar vários projetos de fragmentação interna, tanto em nível estadual como, principalmente, municipal.

O território brasileiro organiza-se em esfera federal, a União; na esfera estadual, os vinte e seis estados e o Distrito Federal e na esfera municipal, são 5561 municípios, conforme dados do IBAM, 2001.<sup>6</sup> Pinto (2003, p. 23) encontrou nos artigos 1º e 18º da Constituição de 1988, o embasamento legal para explicar tal organização.

Art. 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito.

Art. 18º - A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos [...].

O federalismo brasileiro se formou de uma maneira bem diferente das outras federações existentes no mundo, como por exemplo, dos Estados Unidos.

---

<sup>6</sup> De acordo com o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), em 2004, existiam 5.565 municípios no Brasil.

Collaço (1983) considera que a palavra federação (do latim *faedus, foederis*) significa juramento, aliança, pacto, união. Nos Estados Unidos, a federação nasceu mediante a união de Estados soberanos, independentes, que formavam um novo Estado, ou seja, foi um movimento de baixo para cima. Nos Estados Unidos, “primeiro manifestaram-se as Colônias, que, transformando-se em Estados, celebraram a confederação, para, logo após, chegarem à forma federativa”. (COLLAÇO, 1983, p. 51).

O federalismo tem suas bases assentadas em três pilares: uma constituição escrita, que funciona como suporte ao governo bem como assegura os direitos individuais e coletivos; a não centralização do governo, que possibilita que as unidades federais ajam unilateralmente, de forma autônoma, nos assuntos de sua competência; e uma divisão geográfica do poder, que também pode ser entendida como uma democracia territorial, que garanta a participação dos diversos grupos e dos interesses políticos e socioeconômicos. (PINTO, 2003, p. 142).

No Brasil, a federação estruturou-se através de um movimento centrífugo, por iniciativa do alto, ou seja, do governo central. “O que era uno, uno permaneceu. Apenas a Constituição passou a consagrar regime de organização estatal semelhante à da federação-tipo”. (COLLAÇO, 1983, p. 48).

Aqui no Brasil “[...] nada se federou, nada se ligou; o que se fez foi adotar a federatividade constitucional, expediente de técnica política constitucional. A União não nasceu da federação; a União adotou a organização federal”. (COLLAÇO, 1983, p.48).

“O Brasil vem alternando, ao longo de sua história como país independente, períodos de maior centralização com outros de maior descentralização”. (NEVES, 2000, p. 17). Sob a forma monárquica de governo, instituiu-se um sistema altamente centralizado, pois o poder do imperador era quase absoluto. Foi somente com a Proclamação da República e com a Promulgação da Constituição de 1891 é que “ficou estabelecido que cada província formaria um estado federado e autônomo. Iniciava-se, assim, o sistema federal do Brasil”. (ANDRADE, 2003, p.14).

O federalismo [...], é constituído por um governo geral (ou federal) de um lado, e por governos constituintes (estados, províncias ou repúblicas) de outro. Caracteriza-se por uma “não-centralização”, [...] onde o poder do governo está distribuído em vários níveis e sua existência e autoridade são garantidas por uma Constituição geral e, a princípio, é imune à interferência federal. (SANTIAGO, 2002, p. 1).

Andrade (2003) considera que é muito complexa a natureza das federações e que essa complexidade resulta de vários fatores existentes no país: extensão territorial, diversidades regionais e culturais e sua formação histórica. Por apresentar todos esses fatores é que tornou-se muito complexa a organização político-territorial brasileira ao longo de sua história e, principalmente, no tocante à estruturação atual dos estados e municípios que, juntamente com a União formam a República Federativa do Brasil.

Em seu estudo sobre o processo de fragmentação territorial brasileira, que ele chama de as “diversas peças do quebra-cabeça”, Pinto (2003) faz um resgate histórico sobre a ocupação e organização político-territorial do Brasil e mostra que estados e territórios foram criados; territórios tornaram-se estados; estados dividiram-se e territórios foram integrados a estados. Ele mostra também que em 2003, existiam três projetos de divisão de estados brasileiros que tramitavam no Congresso Nacional e que “dariam origem a dois novos estados e três novos territórios federais: Araguaia, a partir do desmembramento da porção norte do Mato Grosso; Tapajós, na porção oeste do Pará; e os territórios de Alto Rio Negro, Solimões e Juruá, ambos no atual território do Amazonas”. (PINTO, 2003, p. 26).

Mas quando analisamos historicamente, o mapa político do Brasil, percebemos que as divisões territoriais ocorreram e ocorrem com menor frequência entre estados do que em escala municipal. Para Reichenheim; Castro (2002, p. 1) “as dificuldades de emancipações de estados são resultantes de problemas diversos, que envolvem tanto questões políticas, econômicas, culturais, quanto ainda o grau de organização de uma sociedade num determinado território definido politicamente”.

É nesta perspectiva que entendemos porque os projetos de criação dos estados de Araguaia e Tapajós estão tramitando no Congresso Nacional, enquanto nem se discutem os projetos de emancipação do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e do Oeste Baiano, entre outras regiões. Os dois primeiros estão localizados em áreas de “fronteira de ocupação”,<sup>7</sup> enquanto os dois últimos, resultam de um sentimento de diferença que os habitantes locais possuem em relação a outras áreas do estado.

[...] estas diferenças são tanto materiais: econômicos, políticos, sociais, etc; quanto simbólicos (culturais) e estão associadas à forma de organização da sociedade no espaço, que geram peculiaridades e fazem as regiões possuírem características próprias. Assim, aparecem elites locais com interesses próprios e autônomos daqueles das outras regiões, o que resulta numa organização com o intuito de garantir as emancipações. (REICHENHEIM; CASTRO, 2002, p. 8).

No caso específico do Triângulo Mineiro estas diferenças estão relacionadas às atividades econômicas praticadas na região, o que

[...] resulta na diferença nas trocas comerciais dessa região, muito mais voltadas ao estado vizinho de São Paulo do que do próprio Estado de Minas Gerais. Assim, surge uma pressão interna da sociedade para que haja uma separação política, apesar de culturalmente os hábitos serem semelhantes ao restante do Estado. (REICHENHEIM; CASTRO, 2002, p. 8).

Na visão de Soares (1995, p.45) “os movimentos separatistas e/ou emancipacionistas do Triângulo Mineiro existem desde meados do século XIX” e eles foram pensados por políticos e elites regionais e difundidos pela imprensa e surgiram devido a

[...] ausência de laços econômicos, sociais e culturais com Minas Gerais, por projetos nacionais de subdivisão territorial do país; por reivindicações de base econômico/financeira; por auto-sustentação da região; ou ainda por divergências políticas entre as suas próprias cidades. (SOARES, 1995, p. 45).

O movimento emancipacionista do Triângulo Mineiro mesmo sendo resultante de interesses de elites regionais, que queriam manter “privilégios de apropriação da riqueza

---

<sup>7</sup> De acordo com Reichenheim; Castro (2002) áreas de fronteiras de ocupação são áreas de expansão do povoamento em direção à fronteira de recursos do território brasileiro na atualidade. Ver mais sobre as características da fronteira de ocupação em Pinto (2003, p. 26).

produzida na região ou apenas de natureza eleitoreira”. (SOARES, 1995, p.46) deixou marcas importantes para a história da região, “pois seu caráter reivindicatório, na maior parte das vezes, trouxe mais ganhos do que perdas ao desenvolvimento do Triângulo Mineiro, e fundamentalmente reforçou o caráter regional deste território”. (SOARES, 1995, p.46). No capítulo 2, faremos um estudo sobre a ocupação histórica do Triângulo Mineiro e a atual questão urbana para mostrarmos sua importância regional.

Diante das dificuldades apontadas anteriormente, para a estruturação de novos estados e territórios no Brasil, o mapa político brasileiro continua sendo formado por vinte e seis estados e o Distrito Federal, como podemos observar na figura 2.



**Figura 2** – Brasil: político - 2006

Disponível em: <<http://www.guianet.com.br/brasil/mapapolitico.htm>>

Acesso em: ago.2006

Se em nível estadual essa fragmentação do território brasileiro é dificultada, no municipal, ela acontecia com intensidade em todo o território brasileiro, até a instituição da emenda nº 15 de 1996, como veremos mais adiante.

É muito importante para o geógrafo estudar esta estruturação de municípios no país, pois de acordo com Cigolini (2000, p. 55),

a criação dessas unidades administrativas, constituem campo de ação para o Geógrafo, não somente na busca das explicações inerentes aos processos de fragmentação territorial e do conseqüente surgimento de novos núcleos de poder local, como também do ponto de vista técnico, conforme aponta a lei 6.664/79, que entre outras funções estabelece que é competência do Geógrafo atuar “na divisão administrativa da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios”.

Não nos interessa, neste trabalho, fazer uma análise sobre todo o processo histórico de formação e evolução de municípios no Brasil, desde o período colonial até o momento atual.<sup>8</sup> Vamos analisar apenas o período, a partir da segunda metade do século XX e, principalmente, após a Constituição de 1988, quando o município tornou-se um Ente Federado, ganhando autonomia política, assim como os estados.

Na tabela 1, podemos perceber os períodos de maior e menor crescimento no número de municípios no Brasil e na seqüência, procuramos entender as causas e conseqüências deste fato.

**Tabela 1**  
Brasil: municípios instalados (1940 –2005)

| Ano   | Número de municípios | Novos municípios |
|-------|----------------------|------------------|
| 1940  | 1.574                | -                |
| 1950  | 1.889                | 315              |
| 1960  | 2.766                | 877              |
| 1970  | 3.952                | 1.186            |
| 1980  | 3.991                | 39               |
| 1990  | 4.491                | 500              |
| 1993  | 4.974                | 483              |
| 1997  | 5.498                | 524              |
| 2000  | 5.507                | 09               |
| 2001  | 5.561                | 54               |
| 2005* | 5.565                | 04               |

Fonte: IBGE, IBAM apud PINTO (2003, p. 74). Adaptação: MONTES, S. R. (2005).

\* Dados do TSE – Tribunal Superior Eleitoral (2005).

<sup>8</sup> Ver mais sobre esse assunto em Pinto (2003) e Cigolini (2000).

Durante a vigência da Constituição de 1946, foi o período que mais se criou municípios no Brasil. Essa Constituição era conhecida como “Constituição Municipalista”, pois apresentava “uma grande preocupação pelo estabelecimento da democracia local e fortalecimento das finanças dos municípios”. (CIGOLINI, 2000, p. 60).

Como se observa na tabela 1, em 1940, existiam, no país, 1.574 municípios. Em 1960, já eram 2.766 municípios, representando um aumento de 1.192 novas unidades. Este número continuou crescendo, pois, em 1970, já eram 3.952 municípios, ou seja, mais 1.186 unidades, caracterizando uma intensa fragmentação territorial. Uma das causas para a intensa criação de municípios neste período estaria no sistema de tributos adotados pela Constituição de 1946.

Uma causa da onda emancipacionista que se verifica no Brasil, a partir da década de 1940 está no sistema de tributos partilhados, o qual favorece, sobretudo, os municípios mais pobres, através do FPM. Quando foi introduzido pela Constituição de 1946, as cotas eram iguais para todos os municípios. Assim, os governos estaduais estimularam a criação de municípios para atrair mais recursos do governo federal para seu estado. (MELLO, 1992, p. 26 ).

No período militar, no entanto, ocorreu um processo diferente do anterior. Houve um refreamento do processo de criação de municípios no país. Observa-se que de 1970 até 1980, foram criados apenas 39 municípios. As causas para a estabilização do número de municípios estavam ligadas à ação do governo militar, que estabelecia regras rígidas para a criação de novos municípios, criando emendas à Constituição de 1946 e posteriormente, criando uma nova Carta Constitucional em 1967, que de acordo com Lemos (1989, p. 06) “foi praticamente outorgada, pois o Congresso Nacional padecia de fragilidade”. Ainda foi instituída uma emenda em 1969 que, juntamente com o Ato Institucional nº 5 (AI 5), o qual estava acima dos textos constitucionais, regulou o processo de criação de municípios no país.

Esta ação governamental, além de estabilizar o número de municípios, também os enfraquecia devido à pouca autonomia conferida a eles, já que contavam com fraca participação na repartição das rendas.

“Na década de 1980, o processo de fragmentação territorial é retomado lentamente”. (LEMOS, 1989, p. 62). O número de municípios passa de 3.991 em 1980 para 4.491 em 1990, dois anos depois da implantação da Carta Constitucional de 1988, que trouxe mudanças significativas para os municípios do país. A partir de 1990, o número total de municípios apresentou a seguinte evolução: 4.974 (1993), 5.498 (1997), 5.507 (2000) e, com mais 54 municípios instalados em 2001, o país tem, hoje, 5.561 municípios repartidos entre as cinco regiões brasileiras.

Em termos relativos, o crescimento de Municípios no período entre 1980 e 2001, foi mais intenso na região Norte (119,0 %). A região Sul apresentou um crescimento da ordem de 65,4%, enquanto que o número de Municípios na região Centro-Oeste cresceu 64,2%. Com crescimento relativo abaixo da média nacional estão as regiões Nordeste (30,3%) e Sudeste (18,3%). (BREMAEKER, 2001, p. 4).

A tabela 2 mostra a distribuição dos municípios brasileiros por estados, no período de 1980 a 2001. Os estados que apresentaram maior crescimento relativo no número de municípios, neste período, foram: Roraima (650,00%); Rondônia (642,86%); Amapá (220,00%); Tocantins (167,31%); Mato Grosso (152,72%); Rio Grande do Sul (114,22%) e Piauí (94,74%). Minas Gerais ficou no grupo de estados que tiveram um crescimento abaixo da média nacional, aumentando apenas em 18,14% o seu número de municípios, no período de 1980 a 2001.

**Tabela 2**  
Brasil: número de municípios instalados por estado (1980 e 2001)

| Estados Brasileiros | Nº total | Nº total | Municípios acrescidos (total e %) |             |
|---------------------|----------|----------|-----------------------------------|-------------|
|                     | 1980     | 2001     | 1980 a 2001                       | 1980 a 2001 |
| BRASIL              | 3.991    | 5.561    | 1.570                             | 39,34       |
| Rondônia            | 7        | 52       | 45                                | 642,86      |
| Acre                | 12       | 22       | 10                                | 83,33       |
| Amazonas            | 44       | 62       | 18                                | 40,91       |
| Roraima             | 2        | 15       | 13                                | 650,00      |
| Pará                | 83       | 143      | 60                                | 72,29       |
| Amapá               | 5        | 16       | 11                                | 220,00      |
| Tocantins           | 52       | 139      | 87                                | 167,31      |
| Maranhão            | 130      | 217      | 87                                | 66,92       |
| Piauí               | 114      | 222      | 108                               | 94,74       |
| Ceará               | 141      | 184      | 43                                | 30,50       |
| Rio Grande do Norte | 150      | 167      | 17                                | 11,33       |
| Paraíba             | 171      | 223      | 52                                | 30,41       |
| Pernambuco          | 165      | 185      | 20                                | 12,12       |
| Alagoas             | 94       | 102      | 8                                 | 8,51        |
| Sergipe             | 74       | 75       | 1                                 | 1,35        |
| Bahia               | 336      | 417      | 81                                | 24,11       |
| Minas Gerais        | 722      | 853      | 131                               | 18,14       |
| Espírito Santo      | 53       | 78       | 25                                | 47,17       |
| Rio de Janeiro      | 64       | 92       | 28                                | 43,75       |
| São Paulo           | 571      | 645      | 74                                | 12,96       |
| Paraná              | 290      | 399      | 109                               | 37,59       |
| Santa Catarina      | 197      | 293      | 96                                | 48,73       |
| Rio Grande do Sul   | 232      | 497      | 265                               | 114,22      |
| Mato Grosso do Sul  | 55       | 77       | 22                                | 40,00       |
| Mato Grosso         | 55       | 139      | 84                                | 152,72      |
| Goiás               | 171      | 246      | 75                                | 43,86       |
| Distrito Federal    | 1        | 1        | -                                 | -           |

Fonte: BREMAEKER (2001, p.5) e PINTO (2003, p. 81)

Adaptação: MONTES, S. R. (2005).

Percebe-se que o processo de democratização e descentralização ocorrido a partir da década de 1980, consolidado na Constituição de 1988, criou condições financeiras e políticas para a implantação de novos municípios no Brasil.

### 1.3.1– Os municípios no Brasil após a Constituição de 1988 e o poder local

“A questão do poder local nos países federais assume primordial importância, afinal, os sistemas federais são fundamentados nas teorias sociais e políticas do federalismo”. (PINTO, 2003, p. 141). Esse autor considera que o poder local, no Brasil identifica-se com o município, pois ele concorda com Bava (1996) que considera por local, a menor unidade política da federação, que é o município. Porém, para não considerar essa afirmação como falsa ou infundada, Pinto (2003, p. 143) explica os outros conceitos de “local” e ressalta que

quando se fala em local, não se está delimitando o espaço a uma rua, a um bairro ou a uma cidade. O universo é muito mais amplo, podendo referir-se a um bairro, a um município, a uma microrregião sem, contudo, ser necessariamente esta a sua delimitação. O contorno espacial do local será definido por um conjunto de redes sociais, pela atuação dos atores presentes nesse espaço, pelas relações e pelos seus interesses, que articulam-se e sobrepõem-se. Assim, a localidade é mais um conjunto de redes do que um espaço físico, que, por sua vez, são estruturadas em função dos interesses dos atores que ali atuam.

A partir da descentralização política e administrativa, conquistada com a Constituição de 1988, o município se fortalece como poder de governo local.

O município assume a condição de ente da Federação Brasileira, bem como é o órgão gestor do Governo Local. Isso significa que, por ser a única unidade de governo local, visto que a União corresponde ao governo central da Federação e os estados aos governos regionais, o município constituiu-se na base para a descentralização política e administrativa. É, também, um dos pilares sobre os quais a democracia sustenta-se, pois concede às comunidades locais o direito de decidir sobre os assuntos de seu interesse. (PINTO, 2003, p. 31).

Mello (1991, p. 203) considera que a autonomia municipal é a forma mais universal de descentralização e que esta descentralização se dá, geralmente, na esfera do Governo local.

Quanto maior for o nível de descentralização, mais amplo é o elenco das funções próprias dos Governos locais (devolution, em inglês), não somente pela oportunidade que essa variedade de funções oferece para que os Governos locais tenham uma participação efetiva no processo de desenvolvimento econômico e social do país, como também – e isto é muito importante – porque o que caracteriza

as funções próprias é a ampla liberdade de gestão que têm os Governos locais no seu exercício. (MELLO, 1991, p. 208).

Para Fischer, (1991), o Brasil vive um momento de institucionalização do poder local, outorgado pelas cartas constitucionais da União e dos estados, seguidas pelas leis orgânicas municipais. Entretanto, Costa (1997, p. 74) considera que

apesar dessa relativa descentralização das políticas territoriais, os estados e municípios, com poucas exceções, encontram muitas dificuldades para gerir os seus ‘próprios territórios’, face à enorme concentração do poder em mãos do governo central, que se expressa de modo eloquente na questão tributária nacional .

Concordamos com Silva; Rocha (2002, p. 5) que consideram que o processo evolutivo do município, enquanto escala de governo, sempre esteve atrelado aos fatores econômicos e políticos característicos de cada época e de cada lugar do país, e que serviu de base de apoio ideológico para a constituição de uma relação preestabelecida de poder.

Seguindo o pressuposto de que a institucionalização de um município está vinculada a idéia de configuração de uma nova forma de controle e administração do território, entendemos que ao município cabe a importância de ser o palco de materialização das relações de poder reveladas a partir do jogo de interesses que permeia a ação de diversos atores sociais convergentes e/ou divergentes em um determinado espaço. (SILVA; ROCHA, 2002, p. 5).

Lemos (1989, p. 6) considera que “ao longo das diversas Cartas Constitucionais brasileiras, o município teve maior ou menor autonomia”. Para ele, porém, essa autonomia era meramente legalista, não se manifestando na prática, ou seja, sem participação mais significativa dos municípios na repartição das rendas.

Nas Constituições anteriores à de 1988, exceção feita à de 1946, os municípios eram pouco expressivos. Eles foram lembrados pelos legisladores constituintes que os dotaram de “autonomia”, mas ignorados pelos outros dois entes estatais – a União e os estados – dos quais fazem parte. ( LEMOS, 1989, p. 6).

A atual Carta Constitucional de 1988 torna o município um ente federado, ou seja, integrante da União e não resultante apenas da descentralização administrativa, colocando-o

numa posição de grande importância. “Enfim, pela primeira vez em toda a história constitucional brasileira, os municípios passam a fazer parte da federação indissoluvelmente”. (LE MOS, 1989, p.7).

Concretiza-se, por meio da nova Constituição, o sonho da autonomia municipal, pois é a primeira a garantir, expressamente, ao município o status de ente da Federação Brasileira, ao lado da União, dos Estados Federados e do Distrito Federal, o que é um caso único dentre todas as federações do mundo. (PINTO, 2003, p. 54).

Os municípios passam a ter autonomia política, administrativa, financeira e legislativa e isto torna-se um traço marcante da federação brasileira.

A autonomia política garante ao município o direito de eleger Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

A autonomia administrativa possibilita ao município organizar os serviços locais, criar órgãos da administração direta como secretarias, departamentos, divisões, seções e outros desdobramentos de seu interesse.

A autonomia financeira assegura ao município a possibilidade de instituir e arrecadar seus tributos, além de aplicar seus recursos, tanto os tributários quanto os de outras fontes de receita.

Finalmente, a autonomia legislativa, que faculta ao município a prerrogativa de elaborar sua própria Lei Orgânica, que regerá suas atividades, devendo respeitar os princípios constitucionais federais e estaduais. Tal legado permite ao município expedir leis sobre tributação, loteamentos, obras, posturas, pessoal e outros campos de sua atuação. (PATEIS; BRAGA, 2002, p. 1).

Baêta (1989) destaca três pontos fundamentais da Constituição de 1988 que beneficiaram os municípios:

- Elaboração e promulgação da Lei Orgânica Municipal, que permite ao município se auto-organizar, podendo melhorar a prestação de serviços públicos;
- O fortalecimento da capacidade tributária, permitindo ao município ter mais recursos para a efetivação de suas políticas;
- Participação da comunidade na administração municipal, o que representa uma maior inter-relação entre sociedade civil e poder público institucionalizado localmente.

De acordo com Silva; Rocha (2002), os aumentos dos recursos públicos repassados para a esfera municipal, como os impostos e o Fundo de Participação Municipal (FPM),

juntamente, com uma maior participação de segmentos da sociedade civil, quase sempre, detentora de poder econômico e que vislumbra o poder político, resultam no crescimento do número de municípios no país e principalmente, no fortalecimento do poder local. Esses autores também consideram que

historicamente falando os governos locais podem ser caracterizados como instrumento de barganha perante as outras esferas públicas no sentido de promover a apropriação do espaço público e a manutenção das oligarquias no poder local. Com o processo de redemocratização este círculo se rompe, pois há a emergência de novos atores no cenário de lutas sociais ao tentar reconstruir a concepção de cidadania empregada pelo Estado ao reorientar suas ações na prestação de serviços públicos. (SILVA; ROCHA, 2002, p. 4).

Ainda para esses autores,

a criação de municípios pode ser analisada sob diversos pontos de vista seguindo a lógica dos interesses dos atores envolvidos num território, que passa a ser definido pelas ações que são determinantes e determinadas pela intensa luta por poder, seja ele econômico, político e/ou social. (SILVA; ROCHA, 2002, p. 6).

Os municípios precisam criar, assim, ações que lhes permitam consolidar essa autonomia que lhes foi dada pela Constituição de 1988, ampliando seus recursos e definindo-lhes competências. Esse nível de governo local, mais próximo da população, precisa oferecer serviços à população, que justifique essa autonomia “pois, quem impôs a emenda constitucional número 15, de caráter antidemocrático, pode também cercear os outros direitos conquistados nessa Constituição, que, embora sejam controversos, têm sido salutares para a construção de um Estado mais democrático”. (CIGOLINI, 2000, p. 64).

Essa Emenda Constitucional não retira dos estados a competência para a criação de municípios, mas estabelece novas regras gerais, determinando que a criação, incorporação, fusão e os desmembramentos dependerão de:

- consulta prévia (plebiscito) não somente na área diretamente envolvida (distrito que busca a emancipação), mas em todo território municipal (município-mãe), de onde o distrito procura emancipar-se;
- divulgação de Estudo de Viabilidade Municipal, pelo qual pretende-se verificar se o novo município terá ou não condições de sustentabilidade econômica. (CIGOLINI, 2000, p. 64).

Como Minas Gerais é o estado brasileiro com o maior número de municípios, e à exceção do Rio Grande do Sul, foi o estado que teve o maior aumento do número de municípios nos últimos 25 anos, faz-se necessário um estudo específico deste estado.

## **1.4 – Minas Gerais e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: estruturação político-territorial**

### **1.4.1 – Legislação mineira para criação de municípios e distritos**

De acordo com a Constituição de 1988, a emancipação político-administrativa de distritos e também a criação de novos municípios, torna-se competência estadual. Assim, cada estado brasileiro tem sua própria legislação que regulamenta a questão, seguindo, porém, os critérios básicos estabelecidos pela Constituição Federal.

No Brasil, o número de municípios por estado varia muito, pois temos desde estados como Minas Gerais e São Paulo que possuem, respectivamente, 853 e 645 municípios, até estados como Roraima e Amapá que possuem, respectivamente, 15 e 16 municípios. As exigências para a criação de novos municípios também variam muito de um estado para outro. É difícil explicar esse processo de desmembramento territorial no Brasil.

Pode-se afirmar, contudo, que essa dinâmica deve-se, em parte, à particularização do processo de criação de municípios em cada estado. São as especificidades estabelecidas nas legislações estaduais, diante de suas realidades políticas, sociais, econômicas e culturais que regem essa dinâmica. (PINTO, 2003, p.76).

A Lei Complementar número 37, de 18 de janeiro de 1995, regulamenta o assunto sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios no âmbito do estado de Minas Gerais e determina

os quesitos e as exigências para que um distrito possa solicitar a sua emancipação, os procedimentos a serem adotados, os prazos que devem ser cumpridos, a realização do plebiscito, como fica a administração do município recém-criado, a instalação desse novo município, a delimitação dos limites territoriais. (PINTO, 2003, p.93).

Pela Lei Complementar número 37, de 18 de janeiro de 1995, estas são as principais exigências da legislação mineira para o processo de emancipação político-administrativa de um distrito:

- Número mínimo de 2.000 (dois mil) eleitores.
- Núcleo urbano já constituído, com mais de 400 (quatrocentas) moradias, destinadas a sediar, como cidade, o novo governo municipal.
- Edifício capaz de fornecer condições de funcionamento ao governo municipal e aos órgãos de segurança.
- Existência de posto de saúde, escola pública de 1º grau completo, cemitério, e serviços públicos de comunicação, energia elétrica e abastecimento de água.

Com a Lei Complementar nº 39, de 23 de junho de 1995, também torna-se necessário uma representação assinada por, no mínimo 7% (sete por cento) dos eleitores inscritos na última eleição realizada no município, domiciliados na área territorial a ser emancipada. Essa representação deve ser enviada à Assembléia Legislativa, que faz a apreciação do documento e após a sua aprovação em plenário, encaminha ao Tribunal Regional Eleitoral uma solicitação para a realização do plebiscito.

Além das exigências acima mencionadas, outros itens também devem seguir a lei:

- Não é permitido que o novo município interrompa a continuidade territorial do município remanescente e os novos limites municipais não podem situarem-se dentro da zona urbana do município remanescente.
- A efetiva instalação do município somente ocorre após a eleição e posse do prefeito, vice-prefeito e vereadores municipais. Até que isso aconteça o território do município é administrado pelo prefeito do município remanescente.
- O município poderá organizar o seu território, dividindo-se em distritos e isto será feito através de lei municipal estabelecida na Lei Orgânica Municipal.

Este último item é regulamentado nos artigos 32 e 33 da Lei Complementar número 37,

Art. 32 – O município poderá dividir-se em distritos, e, estes, em subdistritos, para efeito de descentralização administrativa.

Art. 33 – O distrito-sede terá o nome do município e categoria de cidade, ao passo que os demais distritos, a categoria de vila.

Parágrafo único – Os distritos terão o nome do povoado que lhes deu origem, respeitada a denominação vigente na data desta Lei, e serão designados por número ordinal, conforme a ordem de sua criação.

O capítulo III da lei orgânica do município de Uberlândia rege o seguinte:

Art. 5º - A criação, organização e supressão de distritos obedecerão aos critérios estabelecidos em legislação estadual.

Art. 6º - A lei estruturará os distritos definindo-lhes atribuições, descentralizando neles as atividades do Governo Municipal.

Parágrafo único – Cada distrito terá um Conselho Comunitário, cuja composição e competência serão definidos em leis.

“A legislação mineira é uma das mais exigentes em relação aos critérios a serem cumpridos pelos distritos que almejam sua emancipação, quando comparada às de outros estados, como a legislação paulista”. (PINTO, 2003, p. 95). Mas esse autor faz críticas às legislações federal e mineira, pois existem brechas nestas legislações.

Na legislação federal, ele critica o fato de ela prever a elaboração e a divulgação de um “Estudo de Viabilidade Municipal”, pelo qual pretende-se verificar se o novo município terá condições de sustentabilidade econômica, mas este estudo ainda não foi regulamentado. Critica também, a realização de plebiscito para decidir sobre a emancipação de um distrito, hoje, com a participação da população de todo o município e, não, apenas, com a população do distrito que deseja emancipar-se. Para ele “com a nova redação do texto legal, torna-se muito mais difícil que um distrito adquira o direito de constituir-se em um novo município”. (PINTO, 2003, p.95).

[...] A busca pela emancipação, ainda que as vezes frustrada, fazia com que os distritos tivessem certo poder para pleitear melhor participação em relação aos investimentos públicos municipais. Geralmente, com menos população, os distritos dificilmente terão aprovada sua emancipação. Essa situação pode criar uma submissão ainda dos distritos em relação as sedes municipais. ( CIGOLINI, 2000, p.64).

No caso da legislação mineira, Pinto (2003, p. 95) critica o fato de que muitos municípios mineiros recém-criados “não possuem as condições mínimas para gerenciar suas realidades, principalmente os municípios localizados em áreas de reconhecida situação de desfavorecimento econômico”. Esses municípios recebem poucos recursos de origens federal e estadual e não são eficientes na arrecadação de impostos municipais e, por isso, muitos enfrentam sérias dificuldades financeiras.

Não há fórmulas matemáticas prontas e acabadas nem toques de mágica que possam garantir o êxito das futuras unidades políticas, isto é, dos novos municípios. Entretanto, vale destacar também, que o primordial é o apoio à democracia e à legitimidade dos movimentos emancipatórios, populares e organizados. A população interessada, que vive o seu dia-a-dia nessas localidades – distritos que buscam a emancipação – e que demandam serviços públicos é o que realmente importa [...] Talvez as emancipações sejam uma possibilidade da criação de uma nova consciência, que possa transcender as reivindicações básicas (a escola, as estradas, o atendimento de saúde) e constituir-se em um pleno exercício da cidadania. (PINTO, 2002, p. 5).

Para amenizar os problemas enfrentados pelos municípios recém-criados, a solução estaria na formação de um nível regional, ou seja, uma unidade intermediária entre o estado e o município que Andrade (1996, p. 220) denomina de região administrativa ou de departamento. Essa região “aglutinaria uma série de municípios e procuraria dar maior racionalidade à distribuição geográfica dos serviços e das iniciativas dos estados”.

Nas próximas páginas, vamos enfocar diferentes divisões regionais do estado de Minas Gerais, dando maior enfoque à região onde se localiza o município de Uberlândia e seus distritos.

### 1.4.2 – Municípios e distritos em Minas Gerais e no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

Com uma área de 588.383,6 Km<sup>2</sup>, Minas Gerais é o quarto maior estado brasileiro, atrás do Amazonas, Pará e Mato Grosso, ocupando 6,89 % do território nacional (IBGE, 2005). Essa extensão territorial de Minas Gerais, combinada com outros fatores como o diversificado quadro natural, as várias formas de ocupação e o aproveitamento econômico favorecem a criação de diferentes formas de regionalização deste espaço. Assim, dependendo das variáveis podemos dividir o espaço mineiro de vários modos.

As regiões de Planejamento (Fundação João Pinheiro) são: Central, Mata, Sul de Minas, Triângulo, Alto Paranaíba, Centro-Oeste de Minas, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce. Essas regiões são as mesmas consideradas pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que as denominam de macrorregiões.

A divisão regional adotada neste trabalho segue o critério do IBGE e foi elaborada para fins de planejamento estadual. O IBGE criou para Minas Gerais diferentes unidades territoriais divididas em níveis. O nível maior é o da mesorregião geográfica. Cada mesorregião é dividida em microrregiões, que por sua vez agrupam vários municípios e distritos. A figura 3 mostra as 12 mesorregiões do estado de Minas Gerais.

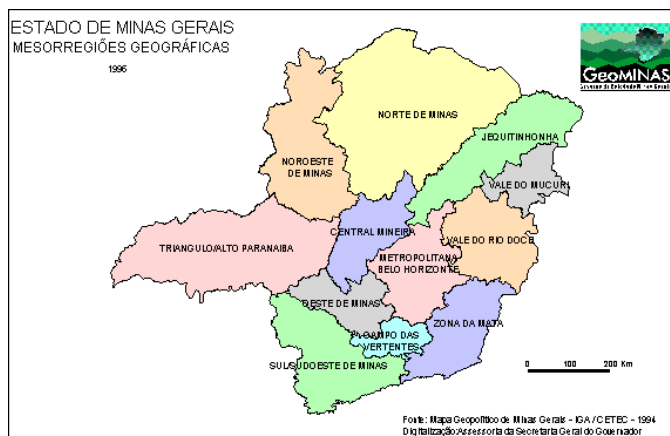


**Figura 3** – Minas Gerais: divisão regional em mesorregiões – 1996.

Os dados da tabela 3 possibilitam uma melhor visualização da estruturação destes níveis de divisão regional estadual. Para o IBGE, o estado de Minas Gerais possui 12 mesorregiões geográficas e 66 microrregiões que agrupam os 853 municípios, com seus respectivos distritos sedes e mais as 727 vilas localizadas nestes municípios. Nesta tabela, também, podemos visualizar que o maior número de microrregiões e principalmente, de municípios do estado estão concentrados nas mesorregiões Sul/Sudoeste de Minas, Zona da Mata e Metropolitana de Belo Horizonte. As razões da maior malha municipal nestas porções do território mineiro serão detalhadas a seguir.

**Tabela 3**  
Minas Gerais: número de microrregiões, municípios, distritos e vilas por mesorregiões – 2005.

| Mesorregião                            | Microrregião | Municípios | Distritos  | Vilas      |
|----------------------------------------|--------------|------------|------------|------------|
| Campo das Vertentes                    | 3            | 36         | 70         | 34         |
| Central Mineira                        | 3            | 30         | 53         | 23         |
| Jequitinhonha                          | 5            | 51         | 99         | 48         |
| <b>Metropolitana de Belo Horizonte</b> | <b>8</b>     | <b>105</b> | <b>223</b> | <b>118</b> |
| Noroeste de Minas                      | 2            | 19         | 40         | 21         |
| Norte de Minas                         | 7            | 89         | 175        | 86         |
| Oeste de Minas                         | 5            | 44         | 66         | 22         |
| <b>Sul/Sudoeste de Minas</b>           | <b>10</b>    | <b>146</b> | <b>203</b> | <b>57</b>  |
| Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba       | 7            | 66         | 120        | 54         |
| Vale do Mucuri                         | 2            | 23         | 42         | 19         |
| Vale do Rio Doce                       | 7            | 102        | 222        | 120        |
| <b>Zona da Mata</b>                    | <b>7</b>     | <b>142</b> | <b>267</b> | <b>125</b> |
| Total                                  | 66           | 853        | 1580       | 727        |

Fonte: IBGE (2005).

Organização: MONTES, S. R. (2005).

Como vimos anteriormente, nos últimos 25 anos, Minas Gerais só perdeu para o Rio Grande do Sul em relação ao número de municípios criados, havendo portanto, um intenso processo de fragmentação territorial. Além disso, Minas Gerais é o estado brasileiro com o maior número de municípios. Na tabela 4, podemos observar a evolução do número de municípios e distritos em Minas Gerais. Em 1950, existiam apenas 385 municípios e 1.094

distritos no estado e em 2005, são 853 municípios e 1.580 distritos, representando um aumento de aproximadamente, 121,5 % para os municípios e de aproximadamente, 44,5 % para os distritos.

**Tabela 4**

Minas Gerais: número de municípios e distritos (1950 – 2005)

| Ano  | Município | Cidades | Distritos | Vilas |
|------|-----------|---------|-----------|-------|
| 1950 | 385       | 385     | 1.094     | 709   |
| 1960 | 482       | 482     | 1.202     | 720   |
| 1970 | 722       | 722     | 1.342     | 620   |
| 1980 | 722       | 722     | 1.399     | 677   |
| 1991 | 723       | 723     | 1.433     | 710   |
| 2000 | 853       | 853     | 1.568     | 715   |
| 2005 | 853       | 853     | 1.580     | 727   |

Fonte: IBGE/SIDRA (2005). Organização: MONTES, S. R. (2005).

Historicamente, a ocupação territorial e espacial de Minas Gerais ocorreu de duas formas: a ocupação das “Minas”, que corresponde às partes central, sul e a zona da mata e a ocupação dos “Gerais”, que engloba as partes norte, noroeste e oeste do estado de Minas Gerais. Neste último grupo, inclui-se o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Na figura 4, apresentamos a divisão do estado de Minas Gerais nas “Minas” e nos “Gerais”.

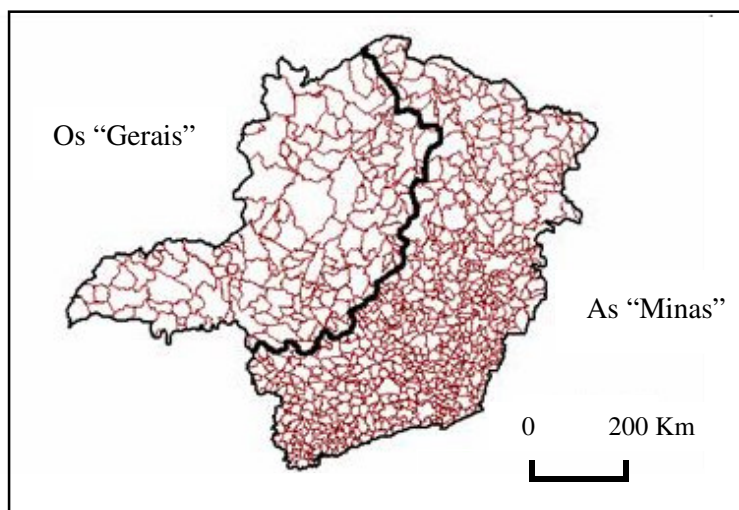


**Figura 4** – As “Minas” e os “Gerais”

Fonte: BACELAR (2003, p. 63).

Enquanto a ocupação espacial das “Minas” esteve ligada à exploração do ouro e dos diamantes, que resultou na formação de núcleos urbanos, os “Gerais” foram ocupados devido às entradas e bandeiras paulistas que se deslocavam em direção a Goiás e Mato Grosso, formando núcleos humanos que se destinavam à passagem, pouso e abastecimento de tropas.

Pinto (2003, p. 68) explica as diferenças nas origens dos municípios das “Minas” e dos “Gerais”:

a ocupação espacial das “Minas” esteve estritamente ligada à exploração do ouro e dos diamantes, que ditavam a formação dos núcleos urbanos. As pessoas aglomeravam-se e estabeleciam-se nas margens dos rios, de onde retiravam o ouro e os diamantes e ainda, em locais propícios à ocupação e ao abastecimento das regiões das lavras. Desta forma, foi criado um intrincado sistema de vilas e arraiais, próximos uns dos outros. Os caminhos e as estradas que foram surgindo a partir do século XVIII interligavam esses núcleos urbanos [...]. Os “Gerais” foram desbravados pelas bandeiras e entradas paulistas, que rumavam em direção a Goiás e Mato Grosso. Essa região foi dividida em enormes sesmarias que, por sua vez, deram origem aos latifúndios, isto é, fazendas que ocupavam territórios imensos, o que acabou dificultando a formação de vilas e arraiais próximos uns dos outros [...].

As consequências destas formas distintas de ocupação territorial de Minas Gerais refletiram na forma como estão distribuídos os atuais municípios, ou seja, na malha viária municipal do estado. Na região das “Minas” ocorre uma maior concentração de municípios, que encontram-se próximos uns dos outros e possuem áreas territoriais menores. Já na região dos “Gerais” ocorre um menor número de municípios porém, os mesmos são maiores em território e mais distantes uns dos outros. Na figura 5, podemos entender melhor a distribuição espacial dos municípios em Minas Gerais.

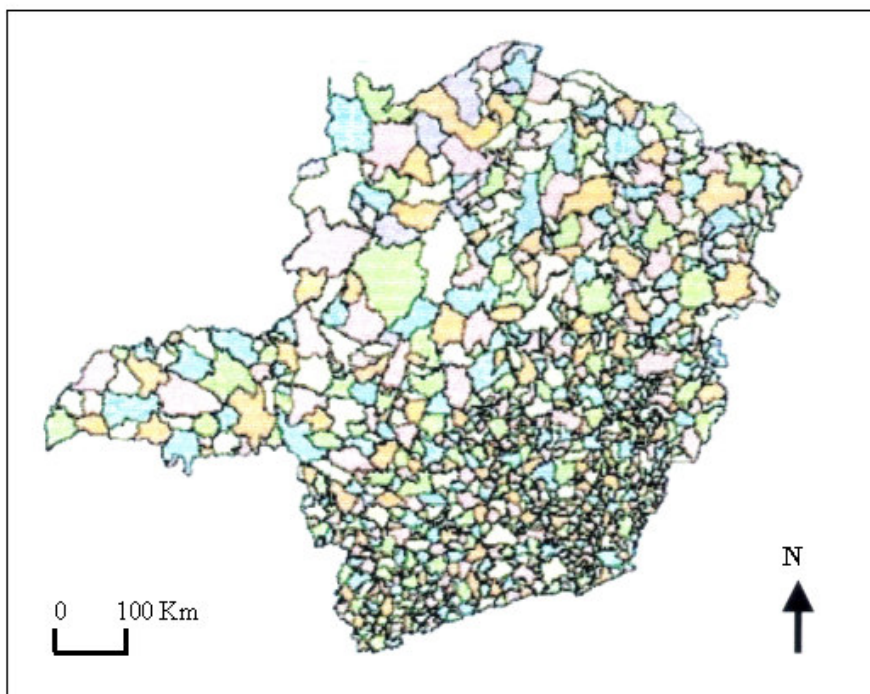


**Figura 5** - Minas Gerais: malha municipal - 2000

Fonte: IGA apud PINTO (2003, p. 69).

O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a região onde localiza-se o município de Uberlândia e seus distritos e nossa área de pesquisa, situa-se na porção oeste do estado de Minas Gerais, correspondendo à área onde ocorre uma menor concentração de municípios, devido às questões mencionadas, anteriormente. Estes municípios possuem extensões territoriais maiores, como é o caso de Uberlândia que está entre os municípios de maior extensão territorial do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

A porção territorial, denominada pelo IBGE de Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Figura 6), localiza-se na parte ocidental do Estado de Minas Gerais, fazendo divisa com a confluência dos rios Paranaíba e Grande a oeste, com a Serra da Canastra a leste, com São Paulo a sul e com Goiás a norte. Ocupa uma área de 90.558,9 Km<sup>2</sup> (Censo demográfico de 2000), habitada por uma população de 1.871.237 pessoas, segundo o Censo Demográfico 2000 (IBGE).<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Dados obtidos no Banco de Dados Agregados. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>> Acesso em: 29 mai. 2005.

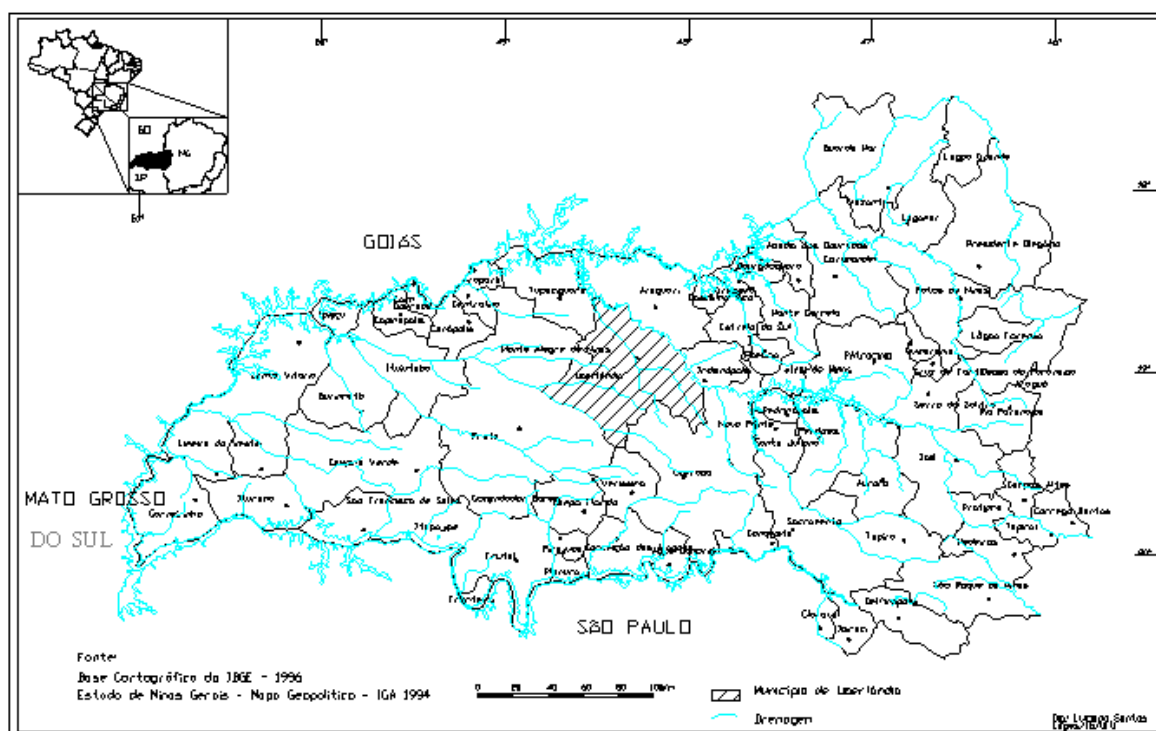


**Figura 6** – Município de Uberlândia na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - 2005

Fonte: Laboratório de Cartografia e Sensoriamento Remoto – IG/UFU

Como podemos perceber no quadro 1, a Mesorregião Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba é constituída por sete microrregiões: Uberlândia, Uberaba, Ituiutaba, Frutal, Araxá, Patos de Minas e Patrocínio. A mesorregião abrange portanto, o total de 66 municípios. Alguns destes municípios tiveram ou têm uma importância regional muito grande, conforme cada período da história do Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba.

**Quadro 1**  
**Mesoregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: municípios e distritos por**  
**microrregião geográfica – 2004**

Continua

| Microrregião | Município               | Distrito                                                       |
|--------------|-------------------------|----------------------------------------------------------------|
| UBERLÂNDIA   | Araguari                | Amanhece<br>Florestina<br>Piracaioba                           |
|              | <del>Araporã</del>      | -                                                              |
|              | <del>Camópolis</del>    | -                                                              |
|              | Cascalho Rico           | -                                                              |
|              | <del>Centralina</del>   | -                                                              |
|              | <del>Indianópolis</del> | -                                                              |
|              | Prata                   | Jardínésia<br>Patrimônio                                       |
|              | Monte Alegre de Minas   | -                                                              |
|              | <del>Tupaciguara</del>  | -                                                              |
|              | Uberlândia              | Cruzeiro dos Peixotos<br>Martínésia<br>Miraporanga<br>Tapuiama |
| UBERABA      | Água Comprida           | -                                                              |
|              | Campo Florido           | -                                                              |
|              | Conceição das Alagoas   | Pomcianos                                                      |
|              | Conquista               | Guaxima<br>Jubaí                                               |
|              | Delta                   | -                                                              |
|              | Uberaba                 | Baixa<br>Ponte Alta                                            |
|              | Veríssimo               | -                                                              |
| ITUIUTABA    | Cachoeira Dourada       | -                                                              |
|              | <del>Capimópolis</del>  | -                                                              |
|              | <del>Gurinhata</del>    | Flor de Minas                                                  |
|              | <del>Ipiacu</del>       | -                                                              |
|              | <del>Ituiutaba</del>    | -                                                              |
|              | Santa Vitória           | Chaveslândia<br>Perdilândia                                    |
| FRUTAL       | Campina Verde           | Honorópolis                                                    |
|              | Cameirão                | Estrela da Baixa<br>Fátima de Portal<br>São Gotardo do Portal  |
|              | Comendador Gomes        | -                                                              |
|              | Fronteira               | -                                                              |
|              | Frutal                  | Aparecida de Minas                                             |
|              | <del>Itapagipe</del>    | -                                                              |
|              | <del>Iturama</del>      | Alexandrita                                                    |
|              | Lineira do Oeste        | -                                                              |

|                |                               |                                                                                                                                    |
|----------------|-------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                | <u>Pirajuba</u>               | -                                                                                                                                  |
|                | <u>Planura</u>                | -                                                                                                                                  |
|                | <u>São Francisco de Sales</u> | -                                                                                                                                  |
|                | <u>União de Minas</u>         | -                                                                                                                                  |
| ARAJÁ          | <u>Araxá</u>                  | -                                                                                                                                  |
|                | <u>Ibiá</u>                   | <u>Argemita</u><br><u>Tobati</u>                                                                                                   |
|                | <u>Campos Altos</u>           | <u>São Jerônimo das Poções</u>                                                                                                     |
|                | <u>Sacramento</u>             | <u>Desemboque</u><br><u>Quenta Sol *</u><br><u>Jaguatinha *</u><br><u>Sete Voltas *</u>                                            |
|                | <u>Santa Juliana</u>          | <u>Zelândia</u>                                                                                                                    |
|                | <u>Nova Ponte</u>             | -                                                                                                                                  |
|                | <u>Pedrinópolis</u>           | -                                                                                                                                  |
|                | <u>Perdizes</u>               | -                                                                                                                                  |
|                | <u>Pratinha</u>               | -                                                                                                                                  |
|                | <u>Tapira</u>                 | -                                                                                                                                  |
| PATOS DE MINAS | <u>Arapuá</u>                 | -                                                                                                                                  |
|                | <u>Carmo do Paranaíba</u>     | <u>Quintinos</u>                                                                                                                   |
|                | <u>Guimarânia</u>             | -                                                                                                                                  |
|                | <u>Lagoa Formosa</u>          | <u>Lineira de Minas</u><br><u>Monjolinho de Minas</u>                                                                              |
|                | <u>Matutina</u>               | -                                                                                                                                  |
|                | <u>Patos de Minas</u>         | <u>Bom Sucesso dos Patos</u><br><u>Chumbo</u><br><u>Major Porto</u><br><u>Pilar</u><br><u>Pindaibas</u><br><u>Santana de Patos</u> |
|                | <u>Rio Paranaíba</u>          | <u>Abaeté dos Mendes</u>                                                                                                           |
|                | <u>Santa Rosa da Serra</u>    | -                                                                                                                                  |
|                | <u>São Gotardo</u>            | <u>Abaeté dos Venâncios</u><br><u>Guarda dos Ferreiros</u><br><u>Funchal</u><br><u>São José da Bela Vista</u>                      |
|                | <u>Tiros</u>                  | <u>Canastrão</u>                                                                                                                   |
| PATROCÍNIO     | <u>Abadia dos Dourados</u>    | -                                                                                                                                  |
|                | <u>Coromandel</u>             | <u>Alegre</u><br><u>Santa Rosa dos Dourados</u>                                                                                    |
|                | <u>Cruzeiro da Fortaleza</u>  | <u>Erejo Bonito</u>                                                                                                                |
|                | <u>Douradoquara</u>           | -                                                                                                                                  |
|                | <u>Estrela do Sul</u>         | <u>Chapada de Minas</u><br><u>Doleirina</u><br><u>Santa Rita das Estrelas</u>                                                      |
|                | <u>Grupiara</u>               | -                                                                                                                                  |
|                | <u>Irai de Minas</u>          | -                                                                                                                                  |
|                | <u>Monte Carmelo</u>          | -                                                                                                                                  |

|  |                  |                                                                                  |
|--|------------------|----------------------------------------------------------------------------------|
|  | Patrocínio       | Salitre de Minas<br>Santa Luzia dos Barros<br>São João da Serra Negra<br>Silvano |
|  | Romaria          | -                                                                                |
|  | Serra do Salitre | <u>Catiara</u>                                                                   |

Fonte: IBGE/SIDRA (2005).

Organização: MONTES, S. R. (2005).

\* Trabalho de campo da orientadora.

Neste quadro, podemos perceber, ainda, que na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, 39 municípios possuem apenas o distrito sede e somente 7 (sete) municípios possuem três ou mais distritos cada, a exceção do distrito sede. Uberlândia encontra-se neste grupo, com quatro distritos, além do distrito sede. De acordo com esses dados, nos 66 municípios da mesorregião existem 66 cidades, ou seja, distritos sedes e 54 distritos (vilas).

Para entendermos o processo de formação política dos principais municípios e distritos que compõem a rede urbana do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é preciso fazer um resgate histórico da constituição desta região mineira. A partir daí, poderemos, também, entender o processo de formação político-territorial do município de Uberlândia e a sua transformação no município mais importante dessa mesorregião e que, também, se destaca em nível estadual. Avaliaremos também no próximo capítulo, como se deu a formação dos distritos que compõem o município de Uberlândia e a influência que o distrito sede tem sobre os demais distritos do município.

## **2 – OS TERRITÓRIOS DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA**

O município de Uberlândia surgiu a partir do desmembramento de Uberaba, município que teve uma grande importância no Sertão da Farinha Podre (atual Triângulo Mineiro). A cidade de Uberlândia, devido a vários fatores, que discutiremos neste capítulo, ganha uma importância regional e estende a sua influência política, econômica e cultural sobre toda a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, áreas de Goiás e Mato Grosso e principalmente, sobre os seus distritos: Miraporanga, Martinésia, Cruzeiro dos Peixotos e Tapuirama.

### **2.1 – O Município de Uberlândia no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**

Ao longo da formação histórica do município de Uberlândia houve uma alternância de poder político - econômico entre as cidades que compõem a rede urbana no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

O processo histórico de constituição da estrutura econômica e política triangulina, principia-se no início do século XVIII, quando essa região era apenas um ponto de passagem de mineradores e tropeiros. Entretanto, sua efetiva ocupação somente ocorreu no final do século XVIII, quando a expedição de Bartolomeu Bueno da Silva cruzou as terras entre os rios Grande e Paranaíba, rumo a Goiás. [...] A descoberta de ouro e diamantes no interior de Goiás e Mato Grosso provocou a formação de alguns arraiais nas terras do chamado Sertão da Farinha Podre (atual Triângulo Mineiro), em decorrência do afluxo de pessoas em direção ao Brasil Central, em busca de riquezas. Assim, desde aquele momento, essa região se constituiria em um ponto de passagem entre o litoral e o sertão. (SOARES, 1995, p. 47).

Inicialmente, formaram-se aldeamentos ao longo da Estrada do Anhanguera.<sup>10</sup> Lourenço (2002), em sua pesquisa sobre a ocupação do Triângulo Mineiro, de 1750 a 1861, constatou que os índios caiapós, que viviam nesta região – conhecida a partir do século XVIII como o Sertão da Farinha Podre – foram atacados, repelidos e expulsos. Nos aldeamentos, ao longo da estrada, foram distribuídos índios catequisados, principalmente, os bororos, vindos dos arredores de Cuiabá, que se tornaram responsáveis pela defesa do trânsito na estrada, principalmente, do ataque dos índios caiapós às caravanas que se deslocavam em direção às minas de Goiás ou a São Paulo.

Outro papel desempenhado pelos aldeamentos da Farinha Podre era de servir para pousos de tropas, devido à sua localização, ao longo da Estrada dos Goíases. Nestes pousos, as tropas e viajantes descarregavam, dormiam e se alimentavam. Os principais aldeamentos formados na região foram: Rio das Pedras (hoje Cascalho Rico), Santana (hoje Indianópolis) e Lanhoso (hoje desaparecido). Posteriormente, (entre 1775 e 1816) teriam se formado outros aldeamentos como Baixa, Uberaba, Rocinha, Boa Vista, Piçarrão e Estiva. De acordo com Lourenço (2002), somente Rio das Pedras, Santana e Piçarrão mereciam o nome de aldeamentos, pois eram os únicos que contavam com capelas.

A presença do templo religioso era sinal da oficialidade de sua fundação, de que o núcleo havia sido reconhecido pelas autoridades religiosas. Os demais povoados eram destacamentos dos núcleos originais, resultado de um processo de dispersão centrífuga da população aldeada [...]. (LOURENÇO, 2002, p. 38).

A verdadeira ocupação do Triângulo Mineiro, todavia, teria ocorrido após a decadência da mineração em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, a partir da distribuição de sesmarias<sup>11</sup> a

---

<sup>10</sup> A estrada do Anhanguera foi um caminho régio, entre os territórios das minas goianas e São Paulo, aberto em 1730, que correspondia aproximadamente, ao trajeto que Anhanguera, ou seja, Bartolomeu Bueno da Silva e João Leite Ortiz fizeram entre 1722 e 1725, quando descobriram as Minas dos Goíases. Alguns autores a chamava de Estrada dos Goíases.

<sup>11</sup> Sesmaria, antiga medida agrária de três léguas, de seis quilômetros de comprimento e um de largura.

migrantes geralistas<sup>12</sup> que vinham da região das minas, trazendo técnicas agrícolas e pastoris para a nova área de ocupação.

[...] esta primeira ocupação da região foi se processando de forma circunstancial, ou seja, ao sabor das disponibilidades e da qualidade dos recursos naturais. Assim, as primeiras sesmarias foram sendo distribuídas e novas aglomerações populacionais foram surgindo nas proximidades das terras de melhor qualidade e mais facilmente irrigáveis, ou seja, nas margens dos rios. (BRANDÃO, 1989, p 23).

Surgiram, no final do século XVIII, os arraiais de Desemboque,<sup>13</sup> Nossa Senhora do Patrocínio,<sup>14</sup> São Domingos do Araxá.<sup>15</sup> No início do século XIX, novas concessões de terras deram origem às atuais cidades do Prata, Uberaba e Uberlândia.

Não é nossa intenção nos aprofundarmos sobre a origem e evolução histórica de cada município do Triângulo Mineiro,<sup>16</sup> queremos apenas avaliar o processo de formação da cidade e do município de Uberlândia, a partir do seu município de origem, ou seja, de Uberaba.

### **2.1.1 – Uberaba: município que deu origem a Uberlândia**

De acordo com Bacelar (2003, p. 115), “a localidade de Uberaba surgiu em 1808, como Arraial da Capelinha, sendo elevada à freguesia em 20 de março de 1820”. Em seus estudos, Lourenço (2002, p.86), entretanto, afirma que o arraial de Uberaba teria surgido em 1816, depois da construção da Capela de Santo Antônio e São Sebastião, em terras doadas por posseiros aldeanos. Para ele, o arraial da Capelinha localizava-se em outro local e teria

---

<sup>12</sup> São considerados geralistas os roceiros e criadores vindos da região centro-sul da capitania de Minas Gerais, a partir do final do século XVIII. Eles foram responsáveis pelo povoamento de novas áreas, inclusive o Triângulo Mineiro.

<sup>13</sup> Atual distrito de Sacramento.

<sup>14</sup> Atual Patrocínio.

<sup>15</sup> Atual Araxá.

<sup>16</sup> Para saber mais sobre esse assunto ver Lourenço (2002) e Bacelar (2003).

entrado em decadência e desaparecido entre 1816 e 1817. Ainda sobre a evolução histórica de Uberaba,

[...] a 6 de fevereiro de 1836 torna-se vila, ao separar-se de Araxá, sendo então chamada de Vila de Santo Antônio de Uberaba. A localidade também se beneficia diretamente da decadência do Desemboque e, como Araxá na parte leste do Triângulo Mineiro, passa a comandar os fluxos econômicos, mas ainda sob a influência de Araxá. (BACELAR, 2003, p. 115).

“Uberaba foi a localidade que mais se beneficiou economicamente dessa expansão geralista pelos sertões mato-grossenses”. (LOURENÇO, 2002, p. 238). Devido à sua posição estratégica, no caminho entre a economia de São Paulo e o Centro-Oeste, Uberaba se fortaleceu no mercado regional e se interagiu com o mercado nacional. Lourenço (2002) usou o sistema dendrítico de localidades centrais para explicar a rede urbana em que estava inserida Uberaba, na primeira metade do século XIX. Uberaba localizava-se “num entroncamento de dois sistemas dendríticos: o que partia de São Paulo e o que partia de São João Del Rei”. (LOURENÇO, 2002, p. 239). Isto é mostrado na figura 7 e na citação logo a seguir.

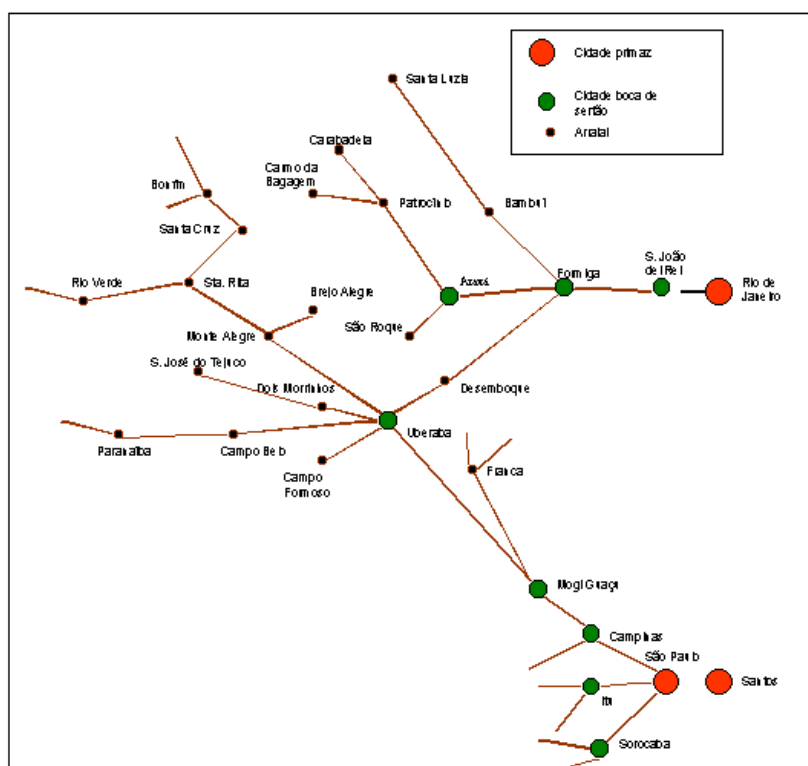


**Figura 7** – Noroeste Paulista e oeste mineiro: intercessão de redes dendríticas – 1840.  
Fonte: LOURENÇO (2002, p. 239).

Graças a sua intersecção entre dois sistemas dendríticos [...],Uberaba consolidou-se como boca de sertão, com características muito especiais: era intermediária entre duas cidades primazes – Rio de Janeiro e São Paulo –, e três regiões – Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso. Daí seu excepcional crescimento, a ponto de se transformar numa das principais cidades do interior do Império do Brasil. (LOURENÇO, 2002, p. 239).

Uberaba era, portanto, um local de intermediação econômica entre São Paulo e o Centro-Oeste. Num período de desenvolvimento da economia agropecuária, Uberaba tornou-se “uma alternativa de transporte rápido, intenso e eficaz na intermediação destes dois espaços econômicos”. (BACELAR, 2003, p.116).

“Uberaba, como qualquer outro centro urbano interiorano, vivia aos sabores da economia nacional e, conseqüentemente, tornou-se frágil enquanto economia periférica, alternando momentos de crises e ápices produtivos e econômicos”. (BACELAR, 2003, p.116).

A primeira fase do auge de Uberaba se deu devido à rota fluvial do rio Grande através do transporte de sal para o interior do Brasil e de gado para o litoral. O declínio desta fase se daria com a criação de outras rotas fluviais pelos rios Araguaia e Paraguai. O segundo momento do auge da economia uberabense seria com o cultivo de algodão, para substituir o produto importado dos Estados Unidos, no período da guerra civil norte-americana. Com o final da guerra, a economia voltou a estagnar-se, por um curto período de tempo, pois com a Guerra do Paraguai, a economia uberabense voltou a crescer porque Uberaba era ponto de passagem e de abastecimento das tropas que se destinavam a invadir o Paraguai.

Nesse período, Uberaba estendeu a sua área de influência no Triângulo Mineiro e Centro-Oeste brasileiro. Em meados do século XIX, Uberaba era a cidade triangulina mais bem aparelhada para receber as inovações criadas a partir do desenvolvimento da cultura cafeeira no Oeste Paulista, como por exemplo, a ferrovia, que era o meio de transporte mais moderno do período. A Estrada de Ferro Mogiana chegou em Uberaba em 1889 e “Uberaba, como ponta de linha nesta época, floresceu, e sua elite, tanto agrária como urbana, acumulou

capitais que possibilitaram uma expansão de sua pecuária e de seus entrepostos comerciais, que alcançaram Goiás e Mato Grosso, além, é claro, de todo o Triângulo Mineiro”. (BACELAR, 2003, p. 118).

Assim como a ferrovia trouxe prosperidade para Uberaba, foi exatamente o prolongamento desta ferrovia até Araguari em 1897, que provocou um enfraquecimento na economia uberabense, pela transferência de fluxos econômicos para Araguari. Situação ainda agravada pela construção da Ferrovia Noroeste, que ligava Barretos ao Mato Grosso, em 1911.

Em 1911, Uberaba perderia definitivamente seu domínio sobre Mato Grosso com a implantação da estrada de ferro Noroeste do Brasil, que canalizou de São Paulo diretamente para aquele estado (município de Campo Grande) todas as transações que antes se realizavam via Uberaba. A cidade de Campo Grande se tornava herdeira natural do entreposto Uberabense. (GUIMARÃES, 1991, p. 22).

Araguari passou então, especialmente, no início do século XX, a dividir com Uberaba o poder econômico no Triângulo Mineiro. Aos poucos Uberaba foi perdendo a sua hegemonia, com uma deterioração da economia urbana e as atividades se voltaram para a pecuária, especialmente, para o gado Zebu hoje, com alta tecnologia, sendo um dos pilares da economia uberabense.

### **2.1.2 – Do arraial de São Pedro do Uberabinha a Uberlândia: a ascensão de uma cidade**

Apesar de São Pedro do Uberabinha ter se tornado distrito em 1852, e de acordo com Bacelar (2003, p. 126) em 1858 já contar com 40 residências ao redor da igreja matriz, nesse período havia uma dependência muito grande do distrito em relação à Uberaba e também um

“desprestígio desta localidade no aspecto econômico e político regional”. (BACELAR, 2003, p. 127):

mesmo os mapas confeccionados na época davam pouca importância ao lugar e, como exemplo desse desprestígio, até a localização do povoado não condizia com a realidade. Não cremos que tenha sido erro proposital colocar São Pedro do Uberabinha a sudeste de Uberaba quando, na verdade, encontra-se a nordeste. Cremos, sim no desprestígio, na pouca importância da localidade, que levou a um erro de localização por experientes cartógrafos da época.

Na figura 8, percebe-se no fragmento de mapa de Minas Gerais de 1862, em um trecho do atual Triângulo Mineiro, a localização de São Pedro do Uberabinha a sudeste de Uberaba, quando deveria estar a nordeste.

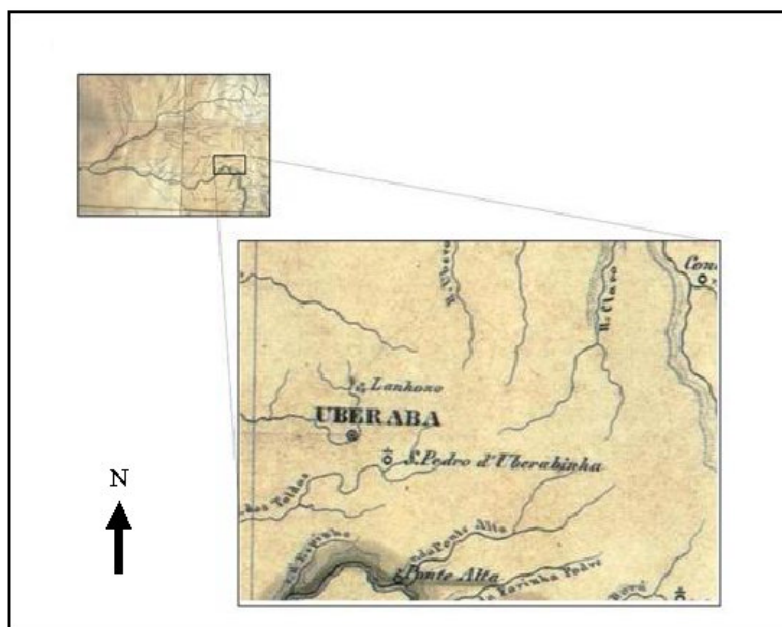


**Figura 8** – São Pedro do Uberabinha (Uberlândia) em 1862.

Fonte: BACELAR (2003, p. 95).

A importância de São Pedro do Uberabinha, quando foi emancipado, era menor que a de Santa Maria (atual distrito de Miraporanga). Essa realidade começou a mudar, alguns anos depois. Já em 1892, conquistou a categoria de cidade e sede da comarca, evidenciando uma maior representatividade política do que Santa Maria. São Pedro do Uberabinha começava um crescimento econômico e Santa Maria iniciava seu processo de decadência, devido à

construção da Estrada de Ferro Mogiana que deveria passar por lá e foi transferida para São Pedro do Uberabinha.

Apesar de receber os benefícios da ferrovia, a cidade de Uberlândia ainda não se projetou em primeira instância, como ponto chave de polarização regional. Isto só aconteceu com a construção da ponte Afonso Pena, no rio Paranaíba e com a implantação de rodovias pela Companhia Mineira de Autoviação Intermunicipal, “que, conjuntamente, interligavam Goiás e Mato Grosso ao Triângulo Mineiro, particularmente a Uberlândia”. (SOARES, 1995, p. 58).

O que Uberaba não conseguiu, dada a precariedade das vias de comunicação, Uberlândia envidou esforços para conseguir, consolidar uma infra-estrutura de transporte e comunicações que garantisse o escoamento rápido e contínuo dos produtos agropecuários de Goiás, Mato Grosso e do próprio Triângulo. O alto grau de complementaridade conseguido entre automóveis e estrada de ferro foi decisivo. (BRANDÃO, 1989, p. 106).

A cidade de Uberlândia cresceu e desenvolveu-se a partir das estradas de rodagem. Diversificou-se a atividade comercial da cidade, surgiram empresas transportadoras de cargas, principalmente, “a partir dos anos 1930, devido à intensificação das relações entre os estados de Mato Grosso e Goiás, fundamentalmente”. (SOARES, 1995, p. 58).

De acordo com Soares (1995), vários fatores contribuíram para que Uberlândia se tornasse esse entreposto comercial: construção de Brasília, modernização da economia brasileira, o início das atividades das grandes empresas atacadistas de Uberlândia, tais como Martins Comércio e Exportação, Armazém do Comércio – ARCOM – e Peixoto. Uberlândia não dispunha de terras apropriadas ao cultivo de grãos e a agropecuária era muito atrasada, se comparada a de Uberaba e o setor industrial era ainda pouco desenvolvido. Mas no período entre 1945 a 1980 ocorreram profundas transformações estruturais no Brasil,

[...] quando foram registradas altas taxas de crescimento econômico e as mudanças na composição demográfica e social elevaram as taxas de urbanização e industrialização fazendo com que a sociedade deixasse de ser eminentemente

agrícola para se transformar em uma sociedade urbano industrial. (SOARES, 1995, p. 63).

O Triângulo Mineiro inseriu-se nessa modernização das estruturas econômicas e nessa nova divisão territorial do trabalho.

Dessa forma, ocorreu a redefinição da posição do Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho, uma vez que passou a ocupar uma posição geográfica estratégica no território brasileiro, em função de estar localizado entre a sede do Governo Federal – Brasília – e a sede do Poder Econômico – São Paulo. (SOARES, 1995, p. 65).

Soares (1995) acredita-se que as elites dominantes da cidade de Uberlândia se fizeram representar no processo de intensificação do desenvolvimento econômico do município por meio da implementação de projetos para a modernização, tanto do campo, como da cidade e da instalação de complexos agroindustriais, instituições de ensino superior e uma universidade federal, hidrelétricas e outros recursos que permitiram a refuncionalização da rede urbana do Triângulo Mineiro.

A refuncionalização da rede urbana do Triângulo Mineiro orientou-se principalmente pela modernização do campo, que expulsou uma parcela significativa da população rural; pelo dinamismo de algumas aglomerações; pela intensificação dos fluxos de transportes e comunicações, bem como, pela diversificação dos serviços, que possibilitaram uma maior diferenciação entre as cidades. (SOARES, 1997, p. 118).

Percebe-se, assim, uma diferenciação entre as cidades devido à divisão interurbana do trabalho,

a rede urbana constitui-se simultaneamente em um reflexo e uma condição para a divisão territorial do trabalho. É um reflexo à medida que, em razão de vantagens locacionais diferenciadas, verificam-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional definidoras de uma complexa tipologia de centros urbanos [...] é também condição para a divisão territorial do trabalho. A cidade em suas origens constitui-se não só em uma expressão da divisão entre o trabalho manual e intelectual, como também em um ponto no espaço geográfico que, através de apropriação de excedentes agrícolas, passou de certo modo a controlar a produção rural [...]. (CORRÊA, 1989, p. 48).

As cidades que foram atingidas pela modernização da economia e implantaram toda uma infra-estrutura de apoio à produção e à distribuição das mercadorias produzidas e à diversificação de serviços, criando empregos, se expandiram e passaram a ser destino dos movimentos migratórios. Porém, as cidades que não se inseriram neste processo tiveram um processo de esvaziamento e diminuição nas taxas de crescimento urbano.

Dentre essas cidades, Uberlândia apresenta-se como a principal cidade desta rede, uma vez que capitaliza os recursos materiais e humanos dos núcleos urbanos vizinhos menores, diversifica suas atividades econômicas, e, ao mesmo tempo cria novas oportunidades de trabalho e serviços que resultam em melhorias para a cidade e seus moradores, e mais consolidam uma imagem urbana de beleza e poder. Ela acaba desempenhando o papel de capital regional de um conjunto de aproximadamente 30 setores de cidades menores, que ficam totalmente dependentes de seu comércio e serviços de saúde e educação. (SOARES, 1997, p. 121).

Soares (1995) afirma que em função da diversidade de suas atividades econômicas, particularmente dos serviços financeiros, informática, apoio à produção e ensino de nível superior e saúde, a área de influência de Uberlândia ultrapassa os limites do estado de Minas Gerais. Na visão da autora,

todos esses componentes tornaram Uberlândia um centro regional de expressão no contexto mineiro, goiano e matogrossense. Num raio de aproximadamente 150 quilômetros a partir de Uberlândia, milhares de pessoas utilizam-se de suas estruturas, para transações momentâneas ou para fixação definitiva. (SOARES, 1995, p. 75).

O município de Uberlândia, especialmente, a cidade de Uberlândia, desenvolveu-se bastante ao longo de sua história política e econômica e conseguiu exercer uma influência não só em nível de seu território, mas também, em toda a região do Triângulo Mineiro, parte de Goiás e Mato Grosso. Antes de enfocarmos a estruturação política e econômica dos outros distritos do município de Uberlândia, consideramos importante fazer um resgate da formação dos limites territoriais do município de Uberlândia e de seus distritos.

## 2.2 – Município de Uberlândia: limites territoriais (passado e presente)

Pela Lei provincial nº 602, de 21 de maio de 1852, foi criado o Distrito de Paz de São Pedro do Uberabinha. Neste período foram estabelecidas, pelo governo, as divisas do novo Distrito do Município de Uberaba e da Freguesia de São Pedro do Uberabinha.

Começando da foz do Uberabinha no Rio das Velhas, pelo Uberabinha acima até a foz do Rio das Pedras, por este acima até sua a sua mais alta cabeceira, isto limitando-se com as Freguesias d'Abadia do Bom Sucesso e Mato Grosso, Monte Alegre e alguma parte de Santa Maria. Da referida mais alta cabeceira do Rio das Pedras, em rumo á casa de D. Mariquita (cujo nome por interiro não foi possível saber). Dahi em rumo até o Ribeirão do Bom Jardim e por este acima até a sua mais alta cabeceira. Toda esta divisa já vae fazendo limites com as Freguesias de Santa Maria e de Uberaba. Tomando o ponto deixado – cabeceira mais alta do Bom Jardim – em rumo mais ou menos N. E. ou S. E. atravessando o Beija-Flor em rumo ao Vau do Roncador no Rio Uberabinha, deste até em confrontação a cabeceira mais alta do Ribeirão da Rocinha, seguindo por este até a sua barra no Rio das Velhas e por este abaixo até onde teve princípio esta divisa. O Rio das Velhas serve de limites desta Freguesia com as Freguesias de Araguay e Aldeia de Sant'Anna. (ARANTES, 1938, p. 16 e 17).

“O Distrito de São Pedro e Freguesia da Nossa Senhora do Carmo”. (ARANTES, 1938,p. 17) antes de se tornar município possuía, em 1852, a localização geográfica e a extensão territorial mostradas na figura 9, fazendo divisas com as freguesias de Uberaba, Santa Maria,<sup>17</sup> Monte Alegre, Abadia do Bom Sucesso e Mato Grosso,<sup>18</sup> Araguari e Aldeia de S' Anna.<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> Atual Miraporanga, distrito de Uberlândia.

<sup>18</sup> Atual Tupaciguara.

<sup>19</sup> Atual Indianópolis.



**Figura 9** – Distrito de São Pedro e Freguesia de N. S. do Carmo: limites territoriais e organização geográfica – 1852

Fonte: ARANTES (1938, p. 17) Organização: MONTES, S. R. (2005).

Com a emancipação política, em 1888, o município de São Pedro do Uberabinha passou a ocupar uma extensão territorial bem maior, uma vez que logo após a sua emancipação, ele anexou o território de Santa Maria. “Para o município constituído pelas Freguesias de São Pedro do Uberabinha e Santa Maria, vigoraram as divisas antigas das mesmas creadas pela Lei provincial nº 1758 de 1 de Abril de 1871..”.. (ARANTES, 1938, p. 21).

O traçado territorial aproximado<sup>20</sup> do município de Uberlândia, em 1888, é mostrado na figura 10, confeccionada a partir da figura e do texto sobre os limites territoriais do município de São Pedro do Uberabinha, de Arantes (1938, p. 20-22) e também de cartas topográficas de 2002, dos municípios de Prata, Tupaciguara, Nova Ponte, Araguari, Uberlândia e do distrito de Miraporanga. Nesta figura, podemos perceber que o município possuía um traçado territorial um pouco diferenciado do que apresenta hoje.

<sup>20</sup> O traçado territorial do município de Uberlândia é aproximado porque foi feito a partir de dados de documentos antigos e os nomes de alguns córregos mudaram e também o autor cita nomes de fazendeiros e fazendas que não é possível identificar em documentos mais recentes, como as cartas topográficas que foram utilizadas.

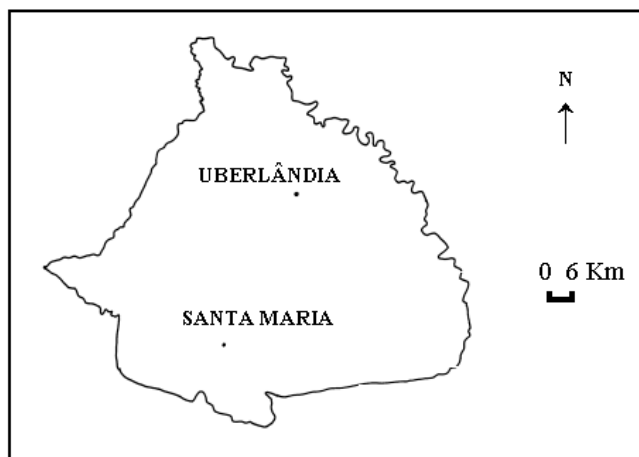


**Figura 10** – Município de Uberlândia: território – 1888

Fonte: Base - Laboratório de Cartografia e Sensoriamento Remoto (IG/UFU) - 2002

Organização: MONTES, S. R. (2005).

Conforme o anexo nº 2 do Decreto-Lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938, publicado no jornal Correio de Uberlândia, de 30 de janeiro de 1940, o município de Uberlândia possuía no período, a divisão territorial municipal e distrital mostrada na figura 11. Observamos que o município já possuía um distrito sede e mais dois distritos: Santa Maria (atual Miraporanga) e Martinópolis (atual Martinésia).

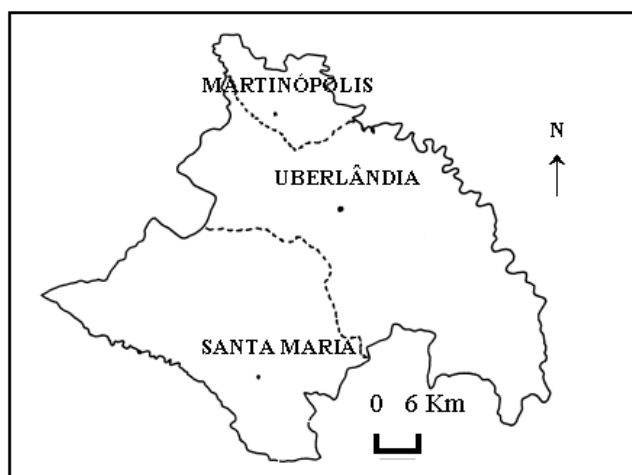


**Figura 11** – Município de Uberlândia: limites territoriais - 1940

Fonte: Base – Laboratório de Cartografia e Sensoriamento Remoto (IG/UFU) – 2002

Organização: MONTES, S. R. (2005).

Pela lei nº 336, de 27 de dezembro de 1948 (IGA-SECT-MG), o município de Uberlândia passou a ter as divisas territoriais que permanecem até hoje. Como os distritos de Cruzeiro dos Peixotos e Tapuirama foram criados em 1943, o município já possuía, neste período, os cinco distritos. As divisas territoriais são as mostradas na figura 12.



**Figura 12** – Município de Uberlândia: limites territoriais – 1948 - 2005

Fonte: Base- Laboratório de Cartografia e Sensoriamento Remoto (IG/UFU) – 2002

Organização: MONTES, S. R. (2005).

Na figura 12, também podemos visualizar a localização de cada distrito do município de Uberlândia. Percebemos que, em relação ao município, o distrito de Tapuirama localiza-se a sudeste, o de Miraporanga, a sudoeste, o distrito de Martinésia posiciona-se mais a noroeste e o de Cruzeiro dos Peixotos a norte-noroeste.

A partir de sua emancipação política, o município de Uberlândia começou a exercer um poder político inicialmente, sobre o seu território e posteriormente, sobre as áreas vizinhas. Para um melhor entendimento desta situação no município de Uberlândia, é preciso fazer uma análise da formação e das transformações ocorridas em cada distrito do município e sua relação com o distrito sede. O primeiro a ser melhor explicado é Miraporanga, que como vimos, é o mais antigo e mesmo assim o que possui a infra-estrutura mais precária, se considerarmos a estagnação atual de sua vila.

## **2.3 – Distritos do Município de Uberlândia: transformações territoriais**

### **2.3.1 – Formação política dos distritos**

O município de Uberlândia, como vimos, é constituído por cinco distritos: o distrito sede e os distritos de Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia, Miraporanga e Tapuirama. Em páginas anteriores, foi demonstrado o processo de formação histórica, política e econômica do distrito sede e do próprio município de Uberlândia. Pretendemos fazer um resgate histórico da formação dos outros quatro distritos do município.

Ao emancipar-se de Uberaba, o município de Uberlândia, passou a ser constituído por um distrito sede, e logo a seguir, anexou o distrito de Santa Maria, que havia sido elevado à categoria de distrito, em 1864, e pertencia, até então, a Monte Alegre, município do Prata. Em 1926, foi criado o distrito de Martinópolis, com território desmembrado do distrito sede.

De acordo com o Decreto Lei estadual nº 1058, de 31 de dezembro de 1943, são institucionalizados no município de Uberlândia mais dois distritos: o de Tapuirama, com parte do território do distrito sede e o de Cruzeiro dos Peixotos, com terras desanexadas do distrito sede e de Martinésia. Por meio deste mesmo decreto, o distrito de Santa Maria passou a chamar-se Miraporanga e o de Martinópolis a chamar-se Martinésia.

Na tabela 5, podemos avaliar alguns dados referentes à história e à população dos distritos ao longo de seu processo de formação histórica e perceber que os distritos mais antigos perderam território para a formação dos novos distritos.

**Tabela 5**  
Município de Uberlândia: dados gerais sobre os distritos e município  
(vilas e espaço rural)

| Distritos               | Data de Criação | Antigo Nome             | Município de Origem | Distância da Sede | População Total (2000) |
|-------------------------|-----------------|-------------------------|---------------------|-------------------|------------------------|
| Distrito Sede           | 21/05/1852      | São Pedro do Uberabinha | Uberaba             | -                 | 492.056 habitantes     |
| Miraporanga             | 09/08/1864      | Santa Maria             | Prata               | 50 Km             | 4.985 habitantes       |
| Martinésia              | 27/09/1926      | Martinópolis            | Uberlândia          | 32 Km             | 871 habitantes         |
| Cruzeiro dos Peixotos   | 31/12/1943      | -                       | Uberlândia          | 24 Km             | 1.176 habitantes       |
| Tapuirama               | 31/12/1943      | Rocinha                 | Uberlândia          | 38 Km             | 2.126 habitantes       |
| Município de Uberlândia | 31/08/1888      | São Pedro do Uberabinha | Uberaba             | -                 | 501.214 habitantes     |

Fonte: Arantes (1938) e BDI (Banco de Dados Integrados) Organização: MONTES, S. R. (2004).

### 2.3.2 - A população dos quatro distritos – 1950 a 2000

Analizando os dados populacionais dos distritos do município de Uberlândia, percebemos que, nos últimos 50 anos, a população do distrito sede cresceu bastante, enquanto os outros distritos tiveram vários períodos de decréscimo da população total e poucos períodos de pequenos acréscimos no número de habitantes.

A tabela 6 mostra que o distrito sede, que tinha uma população de 42.810 habitantes em 1950 passou para 492.056 em 2000, sendo que as décadas de maior crescimento urbano foram as de 1950 a 1960 (84,3%) e de 1970 a 1980 (111,0 %). O distrito de Cruzeiro dos Peixotos teve decréscimo no número de habitantes desde de 1950 até 1991, sendo crítico o período de 1970 a 1980 (-75,5%), um pequeno aumento ocorreu no período de 1991 a 2000 (18,0%). Martinésia teve um declínio no número de habitantes em todo o período de 50 anos, sendo

que o período de maior decréscimo, também, foi de 1970 a 1980 (-124,6%). Miraporanga alternou períodos de aumento com períodos de diminuição do número de habitantes, mas, também, de 1970 a 1980, foi o período que mais perdeu habitantes (-20,1). A partir de 1980, porém, Miraporanga ganhou um impulso no crescimento populacional apresentando um aumento de 41,3% de 1980 a 1991 e de 84,4% de 1991 a 2000. Tapuirama teve um decréscimo do número de habitantes no período de 1950 a 1980, sendo que a perda maior foi de 1950 a 1960 (-58,0%). A partir de 1980, o distrito apresentou crescimento irrisório, de 1980 a 1991, apenas (1,1%), aumentando de 1991 a 2000 (30,5%).

**Tabela 6**  
Município de Uberlândia: população total e percentagem – 1950 a 2000

| Distritos             | População Total |        |         |         |         |         | Percentagens (%)* |           |           |           |           |
|-----------------------|-----------------|--------|---------|---------|---------|---------|-------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
|                       | 1950            | 1960   | 1970    | 1980    | 1991    | 2000    | 1950-1960         | 1960-1970 | 1970-1980 | 1980-1991 | 1991-2000 |
| Uberlândia            | 42.810          | 78.895 | 111.640 | 235.554 | 360.809 | 492.056 | 84,3              | 41,5      | 111,0     | 53,2      | 36,5      |
| Distrito sede         |                 |        |         |         |         |         |                   |           |           |           |           |
| Cruzeiro dos Peixotos | 3.463           | 3.065  | 2.054   | 1.170   | 997     | 1.176   | -13,1             | -49,2     | -75,5     | -17,5     | 18,0      |
| Martinésia            | 3.086           | 2.095  | 2.089   | 930     | 927     | 871     | -47,4             | -0,3      | -124,6    | -0,1      | -6,5      |
| Miraporanga           | 2.568           | 2.293  | 2.297   | 1.913   | 2.703   | 4.985   | -12,0             | 0,18      | -20,1     | 41,3      | 84,4      |
| Tapuirama             | 3.057           | 1.934  | 1.634   | 1.607   | 1.625   | 2.126   | -58,0             | -18,3     | -1,7      | 1,1       | 30,5      |
| Total                 | 54.984          | 88.282 | 119.714 | 241.174 | 367.061 | 501.214 | 60,5              | 35,6      | 101,5     | 52,2      | 36,5      |

\* Percentagens aproximadas

Fonte: MARÇAL (2004) e IBGE (Censo 1991 e 2000) Organização: MONTES, S. R. (2005).

A tabela 6 nos mostrou que, a exceção do distrito sede, os quatro distritos do município de Uberlândia tiveram redução do número de habitantes no período de 1970 a 1980. Isso comprova que os distritos perderam população para o distrito sede, justamente, no período de implementação da modernização agrícola no município que, promovendo a mecanização do campo e a concentração fundiária, liberou mão-de-obra no campo e esta foi atraída para a cidade.

O único distrito que perdeu um número menor de habitantes no período de 1970 a 1980, foi o distrito de Tapuirama (-1,7%). Isso se deve à permanência de trabalhadores rurais no povoado, que apesar de trabalharem no campo, continuam morando no povoado e deslocam-

se diariamente, para o seu local de trabalho, ou seja, para o entorno rural do distrito e de locais próximos. Isto também explica a retomada de crescimento da população do distrito no período de 1980 a 1991 (1,1%) e de 1991 a 2000 (30,5%). Neste último período, podemos ressaltar também a chegada da empresa JPL, que explora resinas nas proximidades do distrito e que de acordo com dados levantados, se instalou no distrito em 1993 e traz trabalhadores, principalmente da Bahia, para morar e trabalhar em Tapuirama.

A grande maioria destes trabalhadores são empregados da JPL (Jurandir Proença Lopes Resinas). A JPL Resinas atua como produtora rural no distrito desde 1993, quando iniciou a atividade de extração de resinas naquela região e possui três frentes de trabalho, para onde os trabalhadores se deslocam: a Floresta do Lobo, onde arrenda a floresta da Pinus Plan, empresa de reflorestamento; a Satpel que se localiza próximo ao município de Indianópolis e a fazenda Marajoara, no município de Uberaba. (INÁCIO, 2005, p. 5).

O distrito de Miraporanga, também, teve uma retomada de crescimento populacional nos períodos de 1980 a 1991 (41,3%) e de 1991 a 2000 (84,4%). Esse crescimento pode ser decorrente do fato de que os grandes latifúndios estão se tornando empresas rurais como a CARGIL (produtora de laranjas) e empregam mais pessoas que as antigas fazendas e, também, devido ao assentamento rural conhecido como Maringá, que concorreu para aumentar o número de moradores rurais do distrito.

Na tabela 7 é demonstrado a variação da população total (urbana e rural) nos quatro distritos do município, bem como as percentagens de acréscimo e decréscimo da população por meio dos Censos de 1991 e 2000. Percebe-se pelos dados, que a exceção de Martinésia, todos os distritos tiveram um aumento no total de habitantes. Porém, em relação à situação de domicílios temos que ter cuidado de não fazer generalizações, pois, neste item, os distritos apresentam diferenciações. O distrito de Cruzeiro dos Peixotos apresentou um acréscimo de 3,57% na população urbana em relação à população rural. Martinésia, um acréscimo de 6,61% na população urbana em relação à população rural. Já no distrito de Miraporanga houve uma situação inversa, pois o acréscimo foi da população rural, em 26,84% em relação à população

urbana. No distrito de Tapuirama, apesar da população rural crescer em relação à população urbana, houve uma variação de apenas 2,96%. Outro dado importante, apresentado nesta tabela, é o predomínio da população rural em relação à urbana nos distritos de Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia e Miraporanga. Já no distrito de Tapuirama prevalece a população urbana. Mais adiante, aprofundaremos sobre as razões do predomínio da população urbana no distrito de Tapuirama.

**Tabela 7**  
Município de Uberlândia - população total (urbana e rural) residente nos distritos rurais (1991 e 2000)

|                              |               | Número de habitantes |       | Percentagens (%) |       |
|------------------------------|---------------|----------------------|-------|------------------|-------|
|                              |               | 1991                 | 2000  | 1991             | 2000  |
| <b>Cruzeiro dos Peixotos</b> | <b>Total</b>  | 997                  | 1.176 | 100              | 100   |
|                              | <b>Urbana</b> | 295                  | 390   | 29,59            | 33,16 |
|                              | <b>Rural</b>  | 702                  | 786   | 70,41            | 66,84 |
| <b>Martinésia</b>            | <b>Total</b>  | 927                  | 871   | 100              | 100   |
|                              | <b>Urbana</b> | 290                  | 330   | 31,28            | 37,89 |
|                              | <b>Rural</b>  | 637                  | 541   | 68,72            | 62,11 |
| <b>Miraporanga</b>           | <b>Total</b>  | 2.703                | 4.985 | 100              | 100   |
|                              | <b>Urbana</b> | 788                  | 115   | 29,15            | 2,31  |
|                              | <b>Rural</b>  | 1.915                | 4.870 | 70,85            | 97,69 |
| <b>Tapuirama</b>             | <b>Total</b>  | 1.625                | 2.126 | 100              | 100   |
|                              | <b>Urbana</b> | 1.268                | 1.596 | 78,03            | 75,07 |
|                              | <b>Rural</b>  | 357                  | 530   | 21,97            | 24,93 |

Fonte: IBGE apud MONTES; OLIVEIRA; SILVA (2005, p. 10).

O crescimento populacional da cidade de Uberlândia representou, em parte, uma redução do número de habitantes dos distritos,<sup>21</sup> pois diante das dificuldades de conseguir emprego, educação e outros serviços nos distritos, as pessoas deslocaram-se para a cidade, atraídas pela imagem de cidade moderna, progressista e acolhedora.

Na tabela 8 percebe-se uma elevada taxa de crescimento da população urbana de Uberlândia, muito maior que a taxa de crescimento da população rural, considerando o período de 1970-2000. A taxa de crescimento da população rural só foi positiva no período de

<sup>21</sup> Não podemos fazer generalização, pois em alguns distritos e em certos períodos tivemos até crescimento do número de habitantes.

1991-2000 (37,6%), mas isto se deve a uma questão de organização territorial, ou seja, a presença de dois bairros da cidade de Uberlândia na zona rural, uma vez que o perímetro urbano deixa estes bairros fora do sítio urbano da cidade.

**Tabela 8**

Município de Uberlândia: evolução da população total (urbana e rural) - 1970 a 2000.

| Situação      | Habitantes |         |         |         | Evolução % |           |           |
|---------------|------------|---------|---------|---------|------------|-----------|-----------|
|               | 1970       | 1980    | 1991    | 2000 *  | 1970-1980  | 1980-1991 | 1991-2000 |
| <b>Total</b>  | 124.706    | 240.961 | 366.729 | 501.214 | 93,2       | 52,2      | 36,7      |
| <b>Urbana</b> | 111.466    | 231.598 | 357.848 | 488.982 | 107,8      | 35,3      | 36,6      |
| <b>Rural</b>  | 13.240     | 9.363   | 8.881   | 12.232  | - 29,3     | - 5,1     | 37,8      |

Fonte: IBGE apud SOARES (2004, p. 129).

\* Dados do Censo IBGE (2000).

Desta forma, esta baixa taxa de crescimento da população rural do município tem reflexo na taxa de crescimento da população residente nos distritos, pois as vilas urbanas destes distritos têm suas atividades estritamente ligadas ao meio rural, uma vez que tais vilas não oferecem condições de trabalho para a reprodução sócio-econômica de sua população. (MONTES; OLIVEIRA; SILVA, 2005, p. 8).

### 2.3.3 – Um olhar sobre os distritos

#### 2.3.3.1 – Miraporanga

Não existem muitos documentos que comprovem a história dos distritos de Uberlândia. Em artigos de jornais, revistas e livros, são utilizados relatos de moradores antigos ou de viajantes que passaram por estas terras, principalmente, no decorrer do século XIX.

Miraporanga, é historicamente, o mais importante. Conforme dados coletados, a vila de Santa Maria teria sua origem em 1810, com as primeiras caravanas de bandeirantes que se deslocavam em direção a Goiás e que teriam passado por estas terras.

A história de Miraporanga teve início em 1810, quando uma bandeira formada por 30 expedicionários, sob o comando do sargento-mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, comandante e regente dos Sertões da Farinha Podre, penetrou na mesopotâmia formada pelos rios da Prata e Tejuco, chegando ao Rio Paranaíba e atingindo Santa Rita dos Impossíveis, hoje Itumbiara. Esta bandeira transpôs o Ribeirão da Estiva, onde formou a primeira colônia que passou a se chamar Santa Maria que, por estar situada à margem da Estrada Real e por ser passagem forçada dos expedicionários, foi se desenvolvendo paulatinamente, de forma a atender as necessidades do momento. (ROCHA, 1987 a, p. 19).

Em sua pesquisa sobre o povoamento do atual Triângulo Mineiro, Lourenço (2002) constata que a Estrada Real teria sido construída em 1824, pelo sargento-mor, Antônio Eustáquio, em sociedade com o fazendeiro Pedro Gonçalves, financiado pelo governo provincial e sob a coordenação do engenheiro militar Cunha de Matos. Inicialmente, a estrada foi pouco utilizada, pois não dispunha de pousos em seu trajeto e as tropas preferiam a velha estrada do Anhanguera, onde os aldeamentos serviam de guarida às tropas. A Estrada Real, porém, encurtava as distâncias de São Paulo a Goiás e de São Paulo a Cuiabá, tinha a vantagem de ser mais plana que a estrada de Goiás e ainda “por seguir a crista de um espigão interfluvial, só obrigava a uma vadeação no rio Tejuco, enquanto o antigo obrigava à travessia por balsas do rio as Velhas”. (LOURENÇO, 2002, p. 230).

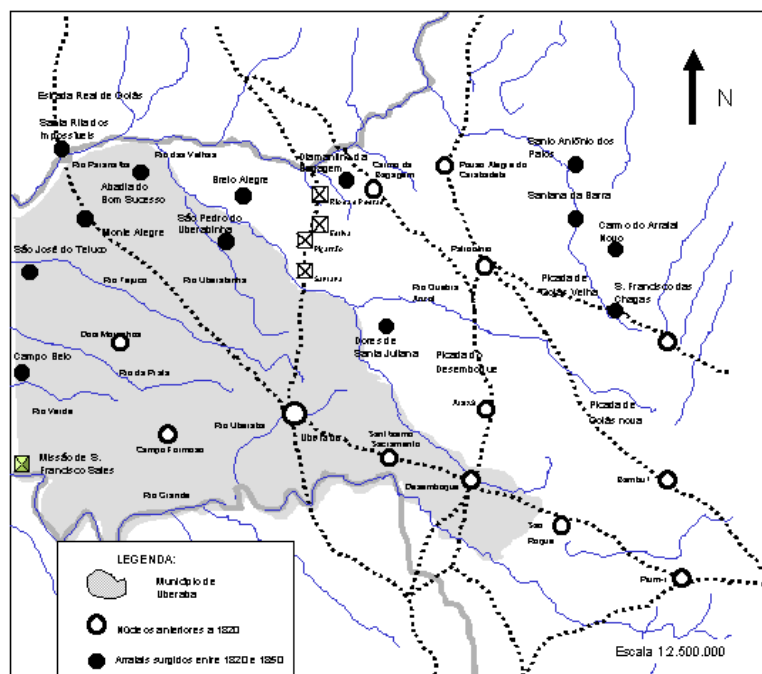


**Figura 13** – Arraiais surgidos no Triângulo Mineiro entre 1820 e 1850  
Fonte: LOURENÇO (2002, p. 228).

Lourenço (2002) narra que na década de 1830, com a colonização do Sul de Goiás por geralistas, começaram a surgir vários arraiais na Província de Goiás, ao longo da Estrada Real. No Sertão da Farinha Podre os geralistas fundaram vários arraiais (Figura 13) que completaram a rede de pousos para as tropas e boiadas, inclusive o arraial de Santa Maria, e, por isso, a antiga Estrada dos Goiases (Anhanguera) foi quase abandonada.



**Figura 14** – Miraporanga: resquícios da antiga Estrada Real  
Fonte: LOURENÇO (2002, p. 230).

Existem controvérsias quanto à data de fundação do arraial de Santa Maria. Lourenço (2002) aponta duas datas diferentes para este fato. Usando como fonte Barbosa (1995) ele afirma que o arraial de Santa Maria teria sido fundado em 1860, ou seja, quatorze anos após a fundação do arraial que deu origem a Uberlândia, que teria sido fundado, conforme Barbosa (1995) apud Lourenço (2002, p. 13), em 1846. Porém, usando como referência, Teixeira (1970), o próprio Lourenço (2002, p. 231) afirma que o povoado de Santa Maria teria se tornado arraial em 1850, ou seja, apenas quatro anos após o arraial que deu origem à Uberlândia. Como naquele período, a construção da igreja era o critério para a instalação do arraial e a primeira capela de Miraporanga (Nossa Senhora do Carmo e Santa Maria Maior, ou Nossa Senhora das Neves) foi construída entre 1850 e 1852, a origem mais provável do arraial de Santa Maria é 1850. “Em 1850-52, foi construída sua primeira Capela, sob o oráculo de Nossa Senhora do Carmo e Santa Maria (N.S. das Neves)”. (TEIXEIRA, 1970, p.

540). Hoje, reformada, e com o nome de Igreja Nossa Senhora do Rosário, a antiga capela é visitada por turistas de toda a região. A figura 15 mostra esta igreja de Miraporanga.



**Figura 15** – Miraporanga: Igreja Nossa Senhora do Rosário  
 Autora: MONTES, S. R. (2003).

Cronologicamente, percebe-se uma semelhança na evolução de Uberlândia e Miraporanga, também, quanto à data que se tornaram distritos: o primeiro em 1852 e o segundo em 1864. Na figura 16, observa-se o distrito de Santa Maria (atual Miraporanga), em 1864.



**Figura 16** – Distrito de Santa Maria – 1864  
 Fonte: ARANTES (1938, p. 29). Organização: MONTES, S. R. (2005).

Em termos econômicos, o distrito de Miraporanga era mais desenvolvido, devido a sua localização estratégica, ao longo da Estrada Real e no centro do Sertão da Farinha Podre, entre importantes localidades do período.

O povoado de Santa Maria, por estar situado à margem da estrada real, iniciada pelos bandeirantes em demanda a Goiás e Mato Grosso, através do território da Farinha Podre, por ser passagem forçada dos respectivos expedicionários, foi se desenvolvendo paulatinamente, com construções variadas, de forma a atender às necessidades do momento. (TEIXEIRA, 1970, p. 540).

Já na metade do século XIX, Santa Maria transformou-se rapidamente, tornando-se um grande pólo comercial da época. “A partir de 1880, o comércio de Santa Maria passou a ser considerado o mais importante da região”. (TEIXEIRA, 1970, p. 540).

Por efeito do decreto nº 51, de 7 de junho de 1888, Santa Maria foi desmembrada dos termos de Monte Alegre e Prata e São Pedro do Uberabinha do termo de Uberaba. Esse mesmo decreto “eleva à Categoria de Vila e freguesia de Uberabinha, anexada à de Santa Maria”. (TEIXEIRA, 1970, p. 541). Nesse período, conforme estudo feito, em 2002, por historiadores da Universidade Federal de Uberlândia, professores e alunos da Escola Municipal Domingas Camin, de Miraporanga e por órgãos da Prefeitura Municipal de Uberlândia:

A população das freguesias de Santa Maria e São Pedro do Uberabinha não era inferior a quatorze mil habitantes. Só isso bastaria para convencer os historiadores e cronistas uberlandenses da relação estreita entre as duas freguesias e da maior importância econômica de Santa Maria em relação a São Pedro do Uberabinha. (PROJETO CIÊNCIA CIDADÃ, 2002, p.21).

De acordo com o Decreto Lei de 31 de agosto de 1888 tornaram-se municípios as freguesias de São Pedro do Uberabinha e Santa Maria, desmembradas dos termos de Uberaba e Monte Alegre, sendo sede na primeira.

Em 1895, Santa Maria era próspera e movimentada. Seu comércio era o mais importante da região e mais de 80 casas prometiam o seu desenvolvimento que deveria se alastrar e crescer. Santa Maria era um local por onde passavam todos os

boiadeiros com enormes rebanhos em direção à cidade de Barretos/SP e propiciava o comércio de Goiás e Mato Grosso. O distrito possuía um serviço telefônico e telegráfico, excelente instalação de água encanada, cartório e oferecia muitos outros importantes serviços públicos. (ROCHA, 1987a, p. 19).

Quando se faz um estudo sobre as duas localidades, percebe-se uma ênfase à história de Uberlândia e um descaso ou negligência à importância que Santa Maria teve na formação do município de Uberlândia. O estudo mencionado anteriormente, reforça o fato de que, através da documentação do Arquivo Público de Uberlândia, os “historiadores, jornalistas e memorialistas da região tiveram fontes que comprovavam a importância da Santa Maria, porém não as consideraram”. (PROJETO CIÊNCIA CIDADÃ, 2002, p. 20).

Questiona-se o que aconteceu com Santa Maria, que hoje possui mais ou menos 50 imóveis, com precários serviços de saúde e segurança pública, não oferece bons espaços de lazer à população e possui um comércio incipiente, e que de acordo com o Projeto Ciência Cidadã (2002) é constituído por três pequenas “vendas”.



**Figura 17** – Miraporanga: aspecto de ruas e residências  
Autora: MONTES, S. R. (2003).

As causas da decadência de Santa Maria estão no seu passado histórico. Logo após a emancipação política, ou seja, em 1892, Uberlândia já conquistara a categoria de cidade e sede da comarca, evidenciando uma maior representatividade política que Santa Maria.

O fato é que com a construção de outras estradas em demanda ao Porto de Santa Rita dos Impossíveis, o tráfego por Santa Maria foi abandonado. A estrada de ferro sempre foi motivo de progresso e desenvolvimento. Porém, ao contrário do que deveria ter acontecido, foi exatamente a estrada de ferro que matou Santa Maria no ano distante de 1895. Com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Mogiana, as facilidades que passaram a colaborar com o desenvolvimento de Uberlândia começaram a estagnar e a esvaziar a próspera Santa Maria, que, de uma certa forma, deu origem a Uberlândia. (ROCHA 1987a, p. 19).

Neste período, a cidade de Uberabinha (Uberlândia) não contava ainda com grande prestígio político, “mas necessitava urgentemente desta ligação, dado o anseio das elites locais em articular uma presença mais consistente na rede urbana regional”. (BACELAR, 2003, p. 46). Por isto, que de acordo com Bacelar (2003, p. 46), “como forma de apaziguar os ânimos das elites regionais, o governo do Estado de Minas Gerais altera o traçado original da linha de ferro da Estrada da Mogiana”. Esta modificação também transfere o trajeto que passaria por Santa Maria, para Uberlândia.

As estradas se constituíam no primeiro projeto político consistente, objetivando a inserção de Uberlândia no mercado nacional. Comandados por um capitão da guarda nacional, Coronel José Teófilo Carneiro, apresentado pela história oficial como um visionário, o capitão aqui sediado se movimenta, em fins do século XIX, em favor dos trilhos da Companhia Mogiana que, em seus planos de expansão, chegariam até Uberaba, e de lá, seguiriam para Estrela do Sul e Catalão, interligando a produção da região a São Paulo e Goiás. Por interferência do Coronel Carneiro, representante das classes dominantes desta cidade junto às forças políticas nacionais, o trajeto da Companhia de Estradas de Ferro foi desviado para Uberabinha, sendo inaugurada a Estação Ferroviária em 1896. Dessa forma, a região se interligou definitivamente ao mercado industrial e comercial importador de São Paulo, sendo Uberabinha, a partir de então, o ponto mais extremo a oeste dos portos de Santos e Rio de Janeiro servido pela estrada de ferro. (MACHADO, 1991, p. 50/51).

E foi por essa mudança de trajeto que Santa Maria perdeu a chance de ser ponto de passagem da ferrovia. Para agravar a situação de decadência de Santa Maria, em 1899, a linha telegráfica de Goiás que possuía uma agência intermediária em Santa Maria, foi transferida para São Pedro do Uberabinha, hoje Uberlândia.

No processo de formação histórica do distrito de Miraporanga, percebe-se a forte influência política de grupos dominantes do município de Uberlândia, que no intuito de promover o desenvolvimento do atual distrito sede não se importaram com a decadência de

Miraporanga. As ações desses grupos, ao longo dos anos, e o descaso para com o distrito, resultaram no esquecimento da memória histórica do local e em sua decadência econômica e social e tornando este distrito o mais carente de Uberlândia.

É por isto que estudiosos de Uberlândia e moradores do distrito lutam pela revitalização do distrito e pelo resgate de sua memória histórica. Para que ocorra esta revitalização torna-se necessário a “conscientização dos moradores da localidade, da importância de uma ação social que envolva todos habitantes da região. Essa conscientização só será possível se resgatarmos o orgulho dos moradores do distrito, reconstruindo suas identidades, devolvendo-lhes sua condição de agentes sociais, condição que lhes foi tirada”. (PROJETO CIÊNCIA CIDADÃ, 2002, p. 12).

No tocante ao levantamento e aproveitamento das potencialidades locais, salientamos que os estudos realizados mediante fontes documentais, pesquisas de campo, depoimentos orais de moradores e levantamento fotográfico, revelaram a existência de um considerável patrimônio histórico/cultural e natural, que se corretamente explorado com criatividade, através de apoio institucional, é passível de se constituir numa fonte de economia sustentável para a região. Nesse sentido, o ramo da atividade turística do ecoturismo cultural, apresenta-se como alternativa exequível, no sentido de se criar estruturas visando a geração de emprego e renda e conseqüente melhoria na qualidade de vida da população de Miraporanga e região. (PROJETO CIÊNCIA CIDADÃ, 2002, p. 15).

Além do ecoturismo cultural, o turismo rural é outra atividade apontada no estudo realizado, como alternativa para revitalização do distrito e criação de uma economia sustentável na região, visando à geração de empregos e ao “resgate da identidade do cidadão miraporanguense, através da valorização e conservação do patrimônio histórico e cultural, traduzido pela existência de construções centenárias, que ainda resistem e persistem às agruras do tempo e ao descaso e ainda guardam os vestígios da história de Miraporanga e região”. (PROJETO CIÊNCIA CIDADÃ, 2002, p.15). Para que isto aconteça será necessário que a administração do município desmonte o seu discurso político-ideológico e tome providências concretas para melhorar as condições socioeconômicas da população deste e dos demais distritos de Uberlândia.

### 2.3.3.2 - Martinésia

O distrito de Martinópolis (atual Martinésia) foi criado em 27 de setembro de 1926. De acordo com a lei Estadual nº 935, foi instalado em maio do ano seguinte, mas a sua história antecede a este processo.

De acordo com documentos do Arquivo Público Municipal de Uberlândia, o fundador de Martinópolis foi Joaquim Mariano da Silva. Para cumprir uma promessa que sua mãe fizera a São João Batista, fez um cruzeiro e colocou-o no alto da colina, onde hoje está a capela de São João Batista. Neste local, em 1917, iniciou-se a construção da Igreja e, posteriormente, a demarcação do povoado. Logo após, estabeleceram-se alguns comerciantes, vindo depois a farmácia e a construção da Escola Cristiano Machado.

A figura 18 mostra os limites territoriais do distrito de Martinópolis no período de sua criação. Ele possuía uma área diferente da que possui hoje, uma vez que perdeu território para o distrito de Cruzeiro dos Peixotos, quando este foi criado, em 1943 e ganhou território do distrito sede.

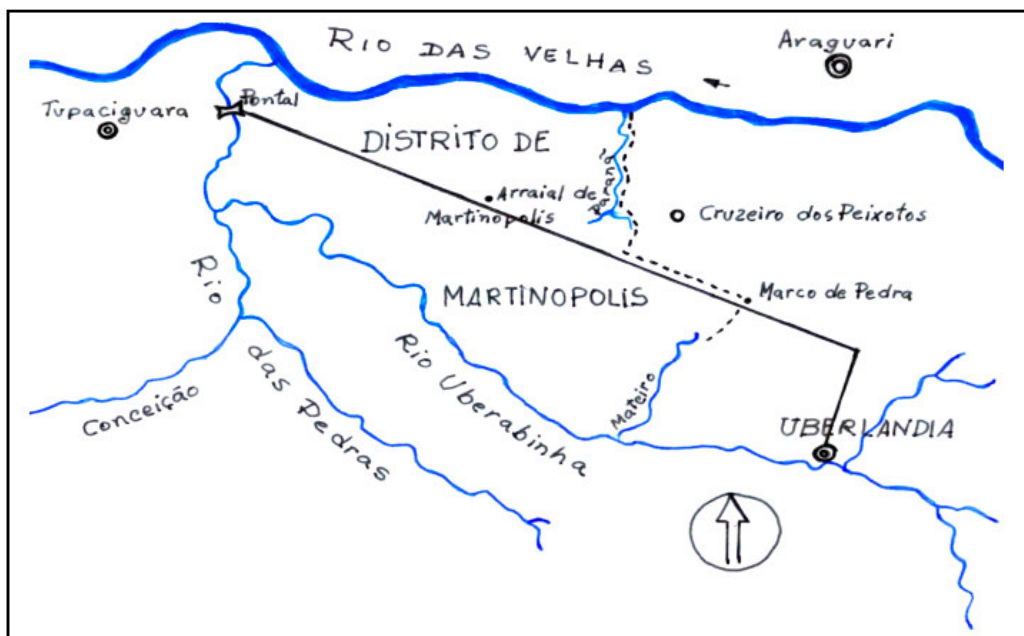


**Figura 18** – Distrito de Martinópolis – 1926

Fonte: ARANTES (1938, p. 33) Organização: MONTES, S. R. (2005).

Segundo dados do IBGE, no censo de 2000, entre os distritos de Uberlândia, o de Martinésia era o que apresentava o menor número de habitantes, sendo 330 na área urbana e 541 na área rural. Possui “poucas e pequenas ruas e avenidas, igreja, coreto, escola, cemitério, campo de futebol, ginásio poliesportivo, enfim, elementos que se repetem em diferentes lugares”. (SILVA, 2004, p. 17).

Conforme Arantes (1938), no ano de 1938, o distrito contava com um total de 4.800 habitantes. Esta população se orgulhava do promissor distrito e almejava um progresso ainda maior, como é demonstrado no discurso do Sr. Antônio Martins da Silva, escrivão de paz do distrito em 1943, proferido na ocasião da visita do prefeito municipal Vasconcelos Costa ao distrito:

[...] Somos apenas, sr. prefeito, o arcabouço de uma vila que se há de projetar no futuro pelo esforço consciente de seus homens abnegados, destes homens trabalhadores que estão todos os dias de sol a sol, a lavrar os campos rudes, e empunhando a rabiça das charruas, trabalhando sem cessar no amanho da terra dadivosa e bôa, em que os discos dos arados pendem quotidianamente o seu seio generoso, para que as searas apareçam e surjam á vista de todos no esplendor das flores e dos frutos, numa demonstração viva que aqui o trabalho é ordenado e fértil e constitui o ritmo constante de vibração desta Vila e de todos os obscuros operários, que fazem dela uma colmeia laboriosa e honesta. Martinópolis, pois dr. Prefeito, já configurou nos longes de seu futuro a sua vida ordeira e modelar [...]. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, out./1943, p.1 e 4).

O que percebemos em pesquisa feita em jornal local é que os distritos, inclusive o de Martinésia, eram visitados e se faziam presentes na mídia, apenas em períodos de eleições municipais. E cada distrito tinha representantes políticos que enalteciam o seu desenvolvimento frente à administração municipal e ao povo do município, usando a imprensa local. Isto é demonstrado nas declarações de Aldorando de Sousa, farmacêutico, proprietário e chefe político de Martinésia, em 1948,

[...] O distrito de Martinézia está satisfeito com a atuação do snr. José Fonseca e Silva. Nossas reivindicações estão sendo atendidas na medida do possível. Tudo vai indo bem e espero que possamos retomar dentro de pouco o nosso antigo ritmo de progresso. A ponte que foi iniciada pelo dr. Cleanto Viera Gonçalves, está quasi pronta. Esta ponte irá prestar um serviço inestimável, ligando partes do mesmo distrito hoje separadas pelo rio Uberabinha. Também a água para a vila é um

problema solucionado. A nova captação, também começada pelo dr. Cleanto Vieira Gonçalves, está concluída, tendo ficado um bom serviço. Não mais o rego sujo que tínhamos. Tudo novo e limpo. As estradas vão ser consertadas e há promessa de que teremos em breve força elétrica em abundância, pois a Companhia Prada de Eletricidade está disposta a levar suas linhas até Martinésia.[...]. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, ago./1948, p. 1).

Em sua pesquisa sobre memórias, vivências e festas religiosas em Martinésia, Silva (2004) constatou por meio de fontes orais que,

[...] em termos espaciais o distrito continua praticamente o mesmo ao longo do tempo, com poucas modificações como, por exemplo, a construção do ginásio poliesportivo, a reforma do campo de futebol com a construção de arquibancadas e vestiários, o loteamento, porém, esses mesmos depoentes apontam inúmeras modificações ocorridas nas formas de viver e de trabalhar nesses espaços.[...]. (SILVA, 2004, p. 22).

O distrito apresenta, ainda hoje, características de seu passado histórico como casarões antigos (Figura 19), ruas pequenas, entre outras coisas. Porém, o modo de vida, a partir das necessidades que as pessoas possuem, mudou profundamente. Através de entrevistas aplicadas a moradores antigos e atuais do distrito, Silva (2004) comprovou que:

[...] apesar de todo o desenvolvimento tecnológico, científico que a sociedade brasileira viveu nos últimos 50 anos, a vida parece estar mais difícil, pois antes se conseguia sustentar uma grande família com pequenas plantações em pequenos pedaços de terra, com comida simples, algumas roupas, hoje, porém, talvez em virtude da cultura de consumo em que se vive, as pessoas têm outras expectativas. [...]. (SILVA, 2004, p. 23).



**Figura 19** – Martinésia: casarão antigo  
 Autora: MONTES, S. R. (2003).



### 2.3.3.3 – Cruzeiro dos Peixotos

A história de formação de Cruzeiro dos Peixotos é muito parecida com a dos outros distritos e também está fundamentada nos poucos dados concretos existentes e principalmente, nas informações de moradores antigos. A origem do povoado de Cruzeiro dos Peixotos data do momento em que se levantou um cruzeiro em determinado local para que as pessoas fizessem as suas rezas e onde, aos poucos, foram surgindo casas.

[...] No caso específico de Cruzeiro dos Peixotos, a família Peixoto fez um cruzeiro no alto da colina por volta de 1905. Os moradores das fazendas vizinhas lá se reuniam para rezarem o terço e acabaram juntando os recursos necessários para a construção da capela local, que foi denominada Capela de Santo Antônio e São Sebastião. O proprietário da terra onde foi instalada a capela, José Camim, resolveu, em 1915, doar 10 hectares de terra para a Câmara Municipal, onde foi construído o prédio destinado à escola pública [...]. (ROCHA, 1987b, p. 4).

A partir de 1918, começaram a ser instalados o armazém, o açougue, a máquina de arroz, a fábrica de doce, manteiga e queijo e as famílias começaram a se instalar no local. Em 1915, o Diretório Municipal de Geografia fez um estudo para se criar um novo distrito no município de Uberlândia, e “dos povoados existentes no município, Cruzeiro dos Peixotos, pelo crescente progresso de sua formação, em todos os Setores está em primeiro lugar”. (ARANTES, 2003, p. 132). O distrito foi criado através do decreto lei 1058 de 31 de dezembro de 1943, pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

No período de sua criação, conforme dados de Arantes (2003), o distrito contava com uma população de 3.500 habitantes. Atualmente, a população total do distrito, incluindo a da sede e da área rural é de 1.176 habitantes, conforme dados do IBGE, censo 2000. Esta população é formada principalmente por pequenos e micro proprietários e trabalhadores rurais.

As relações sociais entre os habitantes do distrito ainda demonstram atitudes de união, de interconhecimento,

a comunidade de Cruzeiro dos Peixotos se mostra bastante unida tanto na alegria como na tristeza, o que é possível devido ao tamanho do Distrito: lá tudo é perto e todos são vizinhos e companheiros. Não faltam os bailes e festinhas, principalmente nesta época do ano, quando todos se reúnem diante de fogueiras nas ruas, levantam a imagem dos santos e dançam quadrilha reforçando sempre esta tradição que é muito nossa [...]. (ROCHA, 1987b, p. 4).

Diante das dificuldades encontradas pela população do distrito, principalmente, pela pouca oferta de oportunidades de trabalho, grande parte desta população é obrigada a mudar-se para o distrito sede ou para outras cidades em busca de emprego ou melhorias na educação. A figura 21 mostra o que sobrou de uma antiga fábrica de tijolos de Cruzeiro dos Peixotos que poderia oferecer empregos, porém, hoje restam apenas entulhos.



**Figura 21** – Cruzeiro dos Peixotos: antiga fábrica de tijolos  
 Autora: GUERRA, E. (2003).

[...] Embora contem com uma infra-estrutura razoável – esgoto, água tratada, asfalto e escolas –, os moradores destes locais sofrem com um problema, que, segundo eles, tem se intensificado nos últimos tempos: a falta de oportunidade de trabalho. Como o comércio é praticamente inexistente e não há indústrias ou propriedades rurais que empregam um grande número de pessoas, a possibilidade de crescimento com base local é praticamente nenhuma [...]. (TADEU, 2003, p. 3).

Apesar destas dificuldades, a tranquilidade dos distritos ainda influencia a permanência das pessoas mais idosas nos distritos. Conforme dados do IBGE (Censo 2000), dos 390 habitantes da vila do distrito de Cruzeiro dos Peixotos, 99 eram pessoas com mais de 50 anos de idade, ou seja, 25,4% da população urbana. Em relação ao espaço rural do distrito a percentagem cai para 20,5%, ou seja, 161 dos 786 habitantes. (Figura 22).

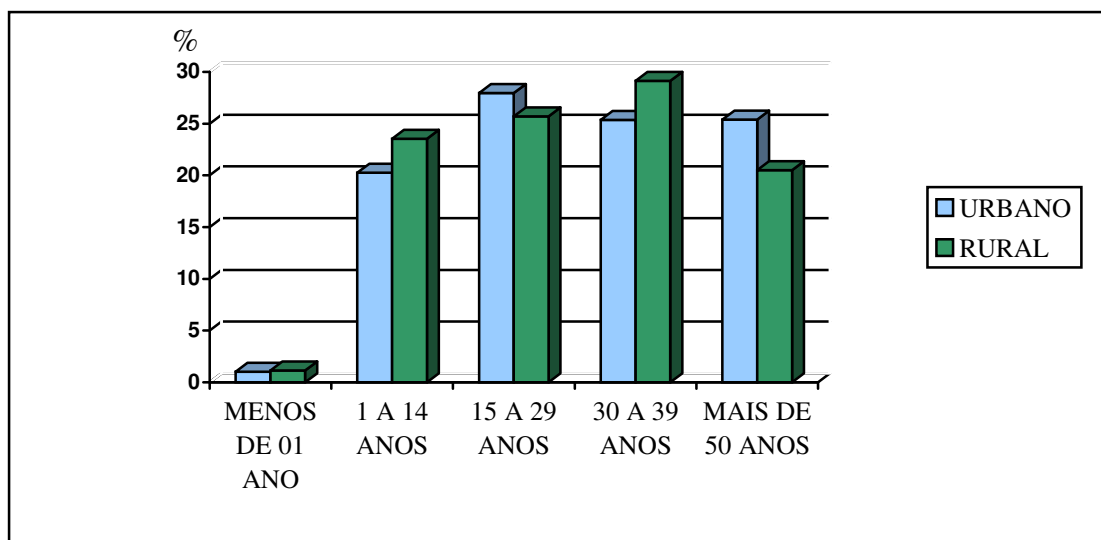


**Figura 22** – Cruzeiro dos Peixotos: população por faixa de idade e situação de domicílio – 2000. Fonte: IBGE (Censo 2000) Organização: MONTES, S. R. (2005).

Apesar das dificuldades e das limitações, a tranquilidade e o sossego ainda são pontos extremamente favoráveis à rotina dos distritos, sobretudo para um grupo que já ultrapassou a barreira dos 40 anos. Não é por acaso que é comum encontrar pessoas idosas entre os moradores dos distritos. Isso porque, na cidade principalmente – como Uberlândia –, além de terem que enfrentar a dificuldade de conseguir emprego, se deparam com uma série de outros problemas que não fazem parte do dia-a-dia nos distritos, tais como a violência acentuada e o ritmo sempre frenético. (TADEU, 2003, p. 3).

### 2.3.3.4 – Tapuیرama

O distrito de Tapuیرama, de acordo com dados de estudiosos, historiadores e também de relatos de viajantes joaninos<sup>22</sup> teria uma origem tão antiga quanto a de Miraporanga.

Com base nos relatos destes viajantes, Rocinha, nome dado à localidade que teria originado o distrito, localizava-se ao longo da Estrada do Anhanguera e se constituiu inicialmente, em um aldeamento indígena.<sup>23</sup>

Lourenço (2002, p. 38), “tomando como base os relatos de Saint Hilaire, D’Alincourt e Eschewege, cotejados com a toponímia dos rios e córregos, e com o auxílio de cartas topográficas” estabelece a posição aproximada dos aldeamentos do Sertão da Farinha Podre no início do século XIX. Isto pode ser observado na figura 23, onde aparece o aldeamento da Rocinha, que teria sido fundado entre 1775 e 1816.

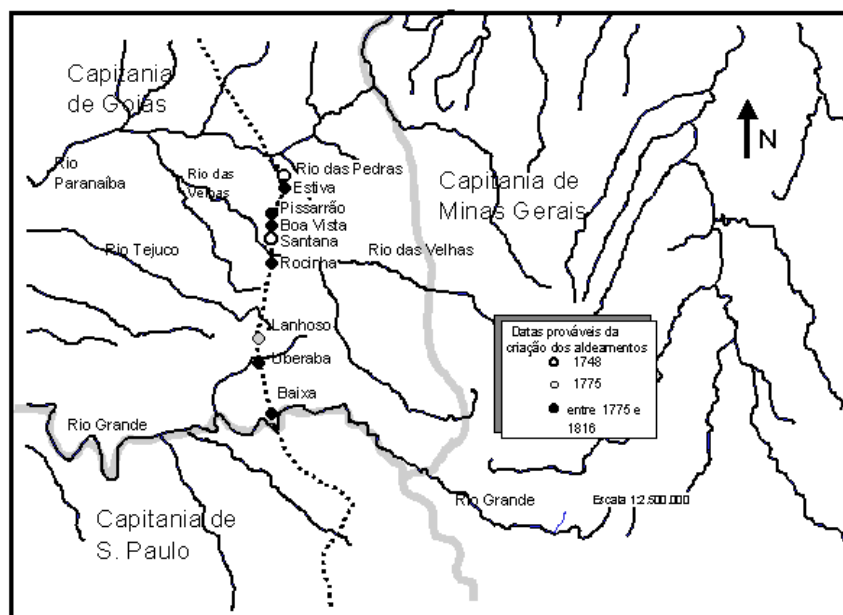


**Figura 23** – Aldeamentos na Estrada dos Goіases (1748 – 1816)  
Fonte: LOURENÇO (2002, p. 38).

<sup>22</sup> Viajantes joaninos eram europeus contratados por D. João VI para viajar pelo interior do Brasil e registrar, através de relatórios e desenhos, as suas experiências e conseqüentemente, a descoberta das riquezas do interior.

<sup>23</sup> De acordo com Lourenço (2002, p. 60) na verdade, o núcleo da Rocinha não era um aldeamento strictu sensu, mas sítio indígena, ou seja, unidades de produção agropastoris no período colonial, resultado da dispersão espontânea da população, ao longo da faixa de terra aldeana, a partir de aldeamentos verdadeiros.



processo de espoliação dos índios. Na Rocinha, o aristocrata alemão, em 1816, registrou existir uma aldeia com duas famílias indígenas – na verdade, um sítio indígena – que eram “invejadas pelos portugueses da vizinhança” (p.124), pois dispunham de fontes de água salitrosa para o gado. No ano seguinte, D’Alincourt (1975) não encontrou mais as famílias indígenas, mas a Fazenda da Rocinha, a mesma visitada por Saint Hilaire dois anos depois. Ali, o naturalista francês encontrou um homem que havia chegado há pouco tempo do arraial goiano de Bonfim. (LOURENÇO, 2002, p. 107).

[...] Esse homem [...] viera morar no meio dos índios por razões desconhecidas. Ele me disse, é bem verdade, que achava mais vantajoso viver nessa região, onde os produtos tinham escoamento mais fácil que me Bonfim, o sal era menos caro e as pastagens excelentes. (SAINT HILAIRE, 1975 a, p. 147 apud LOURENÇO, 2002, p. 107).

[...] Daqui parte-se ao Nordeste, caminho plano, e descoberto; à direita e algum tanto distante, é o terreno alto: volta-se depois ao Nordeste, e deixada, à esquerda, a Fazenda da Rainha, que dista três léguas da Uberaba, atravessam-se dois ribeiros a ela juntos, o primeiro dos quais tem um grande salto; a estrada volta ao Nor-noroeste, ficando aos lado um terreno irregular, formado por montes, e vales, alguns deles são cobertos de arvoredos, e continua descendo até chegar-se ao Rio das Velhas. (D’ALINCOURT, 1975, p. 77).<sup>24</sup>

Arantes (2003, p. 141) afirma que as primeiras sesmarias na região do atual município de Uberlândia, foram demarcadas em terras das partes leste/sudeste do município, onde fica, hoje, parte do distrito de Tapuira.

Existem controvérsias quanto ao primeiro dono da fazenda Rocinha. Para Lourenço (2002), a partir de relatos dos viajantes e como é demonstrado na figura 25, o primeiro dono seria Ricardo Gonzaga dos Santos, que conquistara as terras a partir da expropriação das terras indígenas. Teixeira (1970, p.17) também compartilha essa opinião.

[...] vieram os geralistas Ricardo Gonzaga dos Santos – Catôco –, João Vermelho Bravo, Cabral de Menezes e outros. Alojados à margem da estrada de Anhanguera, esses dois primeiros aventureiros possuíam magníficas terras a que foram dadas as designações de sesmaria da “Rocinha”, pertencente a Ricardo Gonzaga dos Santos – Catôco –, e a de “Registro”, a João Vermelho Bravo. Catôco deixou uma geração que ainda conserva os mesmos direitos de posse, prosperando no primitivo solo deixado pelo varão ilustre, que ajudou a formar as primeiras famílias do município. (TEIXEIRA, 1970, p.17).

<sup>24</sup> Devido à sua origem portuguesa, D’ Alincourt provavelmente, fazia confusão entre a grafia Rocinha e Rainha e por isso referia-se à Fazenda Rocinha como fazenda da Rainha mas, pela descrição de seus relatos e pelo levantamento topográfico feito por Lourenço (2002), refere-se ao mesmo lugar. O texto foi transcrito com a grafia do período.



Como vemos na figura 26, a sede da Fazenda Rocinha existe até os dias atuais, a aproximadamente 2 km de distância da vila do distrito e pertence aos descendentes da família Gonzaga dos Santos.



**Figura 26** – Tapuiriama: sede da antiga Fazenda da Rocinha  
Autora: MONTES, S. R. (2003).

O mais provável é que o povoado do Patrimônio da Rocinha tenha se constituído em um trecho da Fazenda Registro e não da Fazenda Rocinha, ou como afirma Adides Gonzaga de Melo (descendente da família Gonzaga), naquele período tanto a fazenda Rocinha quanto a Fazenda Registro pertenciam à família Gonzaga. “É Registro e Rocinha. Era, era uma só. *Num* era Registro depois Rocinha não! Registro e Rocinha. Na nossa escritura é assim”. (ADIDES GONZAGA DE MELO).

“A vila de Tapuiriama está colocada num planalto na altitude de 947 metros acima do mar [...] predominando um clima excelente em todas as estações do ano”. (ARANTES, 2003, p. 123). Naquele período eram escolhidos pontos mais altos para a construção das capelas. Em 1932, foi doada a área para a construção da igreja da localidade, cuja padroeira é Nossa Senhora da Abadia. Os doadores foram Manoel Gonzaga dos Santos e Godofredo Gonzaga dos Santos. Eles doaram trechos da Fazenda Registro que fica em uma área mais elevada que a Fazenda Rocinha.

[...] perante os quaes presentes outorgantes doadores Manoel Gonzaga dos Santos , Godofredo Gonzaga dos Santos e suas mulheres, me foi dicto, que são possuidores a justo título, e possuidores legítimos de cem litros de terras de campos, sem benfeitorias, situadas na fazenda do “Registro”, no mesmo Distrito da cidade de Uberlândia, no lugar denominado “Patrimônio” e que a parte por seus diversos lados: Sr. Olympio Fernandes Rabello e Alfredo Gonzaga dos Santos; e que houveram o mesmo imóvel por herança e compra a João Gonzaga dos Santos e sua mulher Simplícia de Moraes [...].<sup>25</sup>

Assim como os demais distritos, Tapuیرama também foi fundado, após ser erguido um cruzeiro e um rancho onde se realizavam as rezas. Aos poucos, as pessoas foram adquirindo lotes ao redor desse rancho e construindo as primeiras casas, as primeiras ruas, lojas e a igreja, atraindo mais moradores.

O tio Godofredo, irmão. O tio Manuel Catôco, irmão. Cada um deu um pedacinho. Papai, naquele tempo falava assim: é para nois fazer um povoado aqui. Povoado quer dizer, um comércio, né. [...] A primeira coisa que fez aqui foi um cruzeiro de pau ruliço de aroeira, ruliça e grossa assim. Pôs ali oh! Tá ali o marco até hoje oh! O marco do povoado. Aí com o tempo assim, ainda não tinha nada não. Conheci isso aqui mato, mato mesmo [...] Aquele cruzeiro ali eles trouxe ele de carro de boi, os fazendeiro tudo ajudô ele a trazê esse cruzeiro para fincá ali nu ano de 1929. Tá lá! Tem a marca que a prefeitura pôs um cimento assim cubriu essa marca mas tá lá. Quem quisé tira o cimento lá, tá lá [...] E aí foi essa casa aqui onde a gente mora, aí o papai, o tio João Catôco mandô fazê aqui pro (pausa) mandô trazê a primeira loja pra cá. Jorge Cauê, o turco cego de um oi. Aí foi formando uma casa ali, um rancho ali, um ranchim lá. Tudo ali era rancho[...] Nesse tempo que fez a casa aqui, fez uma capelinha. Tem lá um sinal dela. Agora ela foi reformada três vezes, aumentada três vezes [...]. (ADIDES GONZAGA DE MELO).

O primeiro nome dado ao povoado foi Patrimônio da Rocinha e posteriormente, passou a chamar-se apenas Rocinha. Em 1943, Rocinha tornou-se distrito e passou a chamar-se Tapuیرama, que significa “terra dos índios Tapuios”. Podemos conferir a história de formação deste distrito através da trova feita por um antigo morador, já falecido.

<sup>25</sup> Trechos da escritura pública de doação do terreno à Igreja de Uberlândia. (Material do Arquivo Público Municipal). Transcrita de acordo com a grafia da época.

|                                                                                                                                        |                                                                                                                                      |                                                                                                                          |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| I<br>Levantaram um cruzeiro<br>Eu ainda bem me lembro<br>Foi em 1929<br>Dia 8 de setembro.                                             | IX<br>Depois da capela pronta<br>Ela ficou uma gracinha<br>Foi quando o povo animou<br>A construir a Rocinha.                        | XVII<br>Formou-se uma sociedade<br>Do povo da região<br>E começou a labuta<br>Pra acabar com o lampião.                  |
| II<br>No primeiro dia do mês<br>O povo se reunia<br>Ao pé desse cruzeiro<br>Com muita fé e harmonia.                                   | X<br>O transporte naquele tempo<br>Era feito por carreiros<br>Levados em carros de boi<br>Por ordem dos fazendeiros.                 | XVIII<br>Começaram os trabalhos<br>Nas margens do ribeirão<br>Muitos homens trabalhando<br>O prefeito na direção.        |
| III<br>Esta homenagem prestada<br>Era sincera e verdadeira<br>Nossa Senhora d' Abadia<br>Seria nossa padroeira.                        | XI<br>No tempo da ditadura<br>Rocinha não progrediu<br>Depois com a democracia<br>Foi que ela evoluiu.                               | XIX<br>Um belo dia disse o prefeito<br>Na maior satisfação<br>O povo de Tapuiriama<br>Pode guardar o lampião.            |
| IV<br>Próximo do cruzeiro<br>Tinha um rancho<br>Não era grande nem pequeno<br>Para o povo se esconder do<br>sol, da chuva e do sereno. | XII<br>Em mil novecentos e quarenta<br>e três<br>Preste atenção nesta data<br>O prefeito nos visitou<br>Trazendo um livro de atas.   | XX<br>Desta data em diante<br>Tapuiriama melhorou<br>Construíram muitas casas<br>A população aumentou.                   |
| V<br>Todos que vinham ao terço<br>Gente de bom coração<br>Traziam sempre uma prenda<br>Pra ser levada a leilão.                        | XIII<br>Na página primeira do livro<br>Nos mostrou o que nele<br>estava escrito<br>Nossa querida Rocinha<br>Fora elevada a distrito. | XXI<br>Nossa escola é modesta<br>Mas o ensino é atual<br>Com professores competentes<br>Para o primeiro grau.            |
| VI<br>Quem os terços rezeva<br>Era o querido tio Herculino<br>Era um preto já velho<br>Que adorava tocar o sino.                       | XIV<br>Foi criado o cartório<br>E um posto policial<br>Foi nomeado o juiz<br>E o fiscal municipal.                                   | XXII<br>Nos falta o 2º grau<br>Vejam que infelicidade<br>Muitos deixaram de estudar<br>Por não poderem ir para<br>cidade |
| VII<br>Os dias foram passando<br>O povo sempre animado<br>Até que surgiu a idéia<br>Da criação de um povoado.                          | XV<br>O distrito recebeu<br>O nome de Tapuiriama<br>O Índio trouxe Tapui<br>E do mato veio a Rama.                                   | XXIII<br>As nossas avenidas<br>Apesar de bem tratadas<br>Ficariam mais bonitas<br>Se fossem asfaltadas.                  |
| VIII<br>O povo sempre unido<br>Numa bonita união<br>Pra construir uma capela<br>Eles faziam mutirão.                                   | XVI<br>Tapuiriama neste tempo<br>Vivia na escuridão<br>Não tinha energia elétrica<br>Só se usava "lâmpião".                          | XXIV<br>Quem visitar Tapuiriama<br>Percorra todas as avenidas<br>Sinta aquele perfume<br>De suas árvores floridas.       |

História de Tapuiriama, em trova, de Romualdo de Oliveira (Sr. Zico), morador de Tapuiriama há vários anos e já falecido. (RESENDE, 2005, p. 259-264).

A elevação à condição de distrito, no entanto, não modificou muito a vida social e econômica dos moradores. O que se percebe ao longo dos anos a seguir, é um processo de estagnação do distrito. Reforçamos a idéia, a partir de nossa pesquisa em jornais locais, que ocorreram insignificantes melhorias nos distritos, apenas em períodos de eleições municipais. Tapuirama tinha, na década de 1940, um correspondente do Jornal Correio de Uberlândia, que procurava enaltecer o distrito:

[...] Tapuirama, o distrito mais novo de Uberlândia, pelas suas possibilidades econômicas e pelo valor dos seus filhos ocupará dentro em breve um lugar destacado entre as comunidades do Triângulo [...] Tapuirama ocupa, como vemos, lugar de relevo na maratona do progresso [...] Tudo nos faz pensar que o distrito atingirá a meta, coberto de louros da vitória. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 10 jun. 1946, p.3).

A seguir, analisamos as transformações socioespaciais ocorridas no distrito de Tapuirama, enfatizando o período pós 1975. Tratamos da modernização agrícola do município e conseqüentemente, da interferência deste processo nas relações entre o distrito de Tapuirama e seu entorno rural e com a cidade de Uberlândia.